



Projeto Pedagógico do curso de DIREITO.

2011

SUMÁRIO

1 Apresentação	
1.1 Da Instituição de Ensino.....	
1.2 Da Faculdade da Cidade do Salvador.....	
2. O Curso e a necessidade Social	
3 Objetivos do Curso	
3.1 Objetivo Geral.....	
3.2 Objetivos Específicos.....	
4 Perfil Profissiográfico	
5 Campos de Atuação Profissional	
6 Estrutura e Concepção Curricular	
6.1 Número de Vagas e Turmas.....	
6.2 Turno de Funcionamento	
6.3 Carga horária e Período de Integralização do curso.....	
6.4 Organização Curricular	
6.4.1. Matriz curricular por eixo de formação.....	
6.5 Matriz Curricular	
6.6 Ementário e Bibliografias das Disciplinas.....	
7 Concepção e Princípios Metodológicos	
7.1 Interação Teoria e Prática	
7.1.1. Estágio Supervisionado.....	
7.2 Atividades Complementares.....	
7.3 Trabalho de Conclusão de Curso	
7.4 Monitoria	
7.5 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão	
7.6 NDE	
8 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	
8.1 Princípios Norteadores.....	
8.2 Procedimentos de Auto-avaliação do curso.....	
8.3 Critérios de Avaliação da Rede de Ensino FTC.....	
8.4. VMD (Verificação Multidisciplinar).....	
9 Administração Acadêmica do curso	
9.1 Coordenador.....	
9.2 Perfil do Corpo Docente.....	
10 Avaliação e Acompanhamento do Desempenho do Curso	
11 Biblioteca	
12 Infra-estrutura Física e Recursos Materiais	
13. Atividade Discente Extra-Classe	
Referências	
Anexos	

1 Apresentação

A proposta de ofertar a graduação em Direito decorre da busca de uma consolidação da Rede FTC como instituição formadora de profissionais competentes em áreas que se mostrem comprovadamente estratégicas para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito foi concebido buscando atender aos fundamentos legais, e à necessidade social da implantação de um curso de Bacharel em Direito, tomando-se por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito, o Plano de desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional da Rede de Ensino FTC.

Desta forma, pretende expor de forma prática e concisa as principais informações sobre o Curso de Direito da Rede de Ensino FTC. O Projeto de Curso contempla a concepção pedagógica, objetivos do curso e perfil profissional que se pretende construir, a partir da matriz curricular traçada, e estratégia de exposição e formação do conhecimento e do saber jurídicos, bem como contemplando a carga horária mínima, tomando por base a **Resolução nº 9/2004** e **02/2007**, ambas do Conselho Nacional de Educação.

Neste sentido, parte-se da concepção de que formar profissionais competentes significa habilitá-los a compreender e resolver situações complexas e interdependentes dentro de um contexto sócio-político-econômico no qual o Projeto Pedagógico do Curso, além de ser uma exigência legal, é um documento norteador das referências para as práticas pedagógicas da instituição, articulando princípios teórico-práticos, político-ideológicos e legais, pois apresenta as especificidades dos diversos cursos, unifica diretrizes e norteia as ações acadêmicas, fornecendo as bases sobre as quais as ações acadêmicas deverão pautar-se.

2 O curso e a Necessidade Social

Atualmente a Bahia é o estado do Nordeste de maior expressão cultural e investimentos financeiros para o desenvolvimento regional. Abriga em seu território cerca de 417 municípios, com múltiplas vocações econômicas e culturais, e uma grande variedade geográfica que lhe permite um desenvolvimento singular e significativo.

A taxa anual de incremento demográfico da Bahia vem caindo. Entre as décadas de 80/90 era de 2,09%, caindo para 1,11% nos anos posteriores. Neste mesmo período, a população urbana cresceu a um ritmo duas vezes superior ao da população total, e as áreas rurais do estado já apresentam redução absoluta de população. No entanto, a população rural da Bahia ainda é a maior do país.

O processo de urbanização é marcado, por um lado, pela concentração de parcela expressiva da população urbana na capital - única cidade do Estado a ultrapassar a marca de 500 mil habitantes – e, por outro, pela dispersão desta população em centenas de centros urbanos de pequeno porte. Nas últimas décadas, o crescimento expressivo de alguns centros de médio porte vem contribuindo para fortalecer a rede urbana da Bahia.

Por outro lado, o ajuste fiscal das contas do Estado ampliou sua posição dentro dos planos estratégicos de diversas companhias. Como principais atrativos das 206 novas fábricas que em 1999 sinalizaram em direção à Bahia, tem-se o emprego intensivo de mão-de-obra (caso das empresas de calçados), o uso da tecnologia de ponta (informática e indústria de transformação plástica), além de produtos de maior valor agregado (como no setor automotivo). Isto não considerando que a produção de bens intermediários não parou de receber novos investimentos, em especial nas áreas das indústrias químicas/petroquímica, de papel e de celulose.

Verifica-se que o crescimento e a expansão da economia baiana aumentam uma demanda já existente por cursos jurídicos, capaz de oferecer ao mercado um profissional habilitado a dar um suporte dinâmico e eficaz às empresas; preencher com qualidade e criatividade as vagas oferecidas pelos órgãos públicos; e prestar assessoria jurídica para atendimento aos interesses individuais de pessoas físicas e jurídicas, de âmbito público ou privado.

Todavia, não basta apenas mais um curso jurídico, faz-se necessário um curso voltado para as reais necessidades do mercado baiano, em que alguns fenômenos de ordem econômica e social exigem soluções locais para o atendimento de suas especificidades, tendo em vista a convivência de duas realidades distintas para não dizer contraditórias – uma a dos grotões da miséria, fome, seca e violência institucionalizada, tão bem descrita por escritores do quilate de Jorge Amado e Graciliano Ramos; e outra marcada pelo desenvolvimento high-tech das cidades litorâneas.

Por outro lado, a convivência, nem sempre harmônica, sobretudo na região metropolitana de Salvador, de condomínios de alto luxo e favelas, de grandes projetos industriais, a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari, do Complexo da Ford, e da redução do emprego formal, que denuncia na cidade de Salvador um dos piores índices de desemprego do país.

O desequilíbrio econômico e social tão evidente na sociedade baiana, implicam no âmbito jurídico, o surgimento de novos direitos, política de acessibilidade e justicialidade, bem como a necessidade de políticas afirmativas, que permitam a todos os envolvidos os mesmos pontos de partida, ou pelo menos minimize suas diferenças.

Diante deste cenário, a constitucionalização e a concretização dos direitos fundamentais ganham destaque, fazendo-se necessário uma formação humanística do egresso com fundamento na ética e na responsabilidade social.

Assim, precisa-se, e muito, de um curso de Direito. Não um curso tradicional, mas sim um capaz de formar profissionais que estejam capacitados a vencer pelo menos três desafios: atender às necessidades de empresas que requeiram suporte jurídico para o exercício regular de suas atividades; fornecer ao serviço público profissionais gabaritados, que tenham domínio da técnica jurídica e busquem formas alternativas de solução de conflitos, na tentativa de minimizar as desigualdades sociais; e suprir o mercado com profissionais liberais comprometidos com os ideais de ética e responsabilidade social, que busquem dirimir o grande desequilíbrio econômico e social existente no estado da Bahia.

O Curso de Direito da Rede FTC foi implantado, portanto, num momento sócio-histórico-econômico em que as perspectivas do egresso eram voltadas para um mercado de trabalho que apontava para uma evolução do cenário econômico, jurídico, educacional e tecnológico, dentre outros.

Enfim, o curso é projetado para formar e habilitar um profissional com capacidade operacional e crítica, apto à intervenção re-constitutiva do social e preparado tecnicamente para a sua escolha ocupacional.

3 Objetivos do Curso

3.1 Objetivo Geral

Formar o profissional para o exercício das profissões jurídicas, engajado no contexto histórico, e comprometido com o estudo da realidade brasileira, com ênfase no senso ético de responsabilidade social.

3.2 Objetivos Específicos

I- Formar criticamente bacharéis para a correta interpretação e aplicação do Direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes jurídicas, aptos a compreenderem as principais demandas da contemporaneidade e a desempenharem funções sociais para a promoção da cidadania;

II- Preparar os egressos do curso de Direito para leitura, elaboração e compreensão dos textos, atos e documentos jurídicos ou normativos dentro dos contextos local, regional e global, capacitando-os para a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III- Capacitar para a adequada atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com o devido manuseio de processos, atos e procedimentos, utilizando corretamente a terminologia jurídica, o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica;

IV – Habilitar para o domínio de tecnologias e métodos de permanente compreensão e aplicação do Direito, possibilitando a tomada de decisões no sentido de prevenir, minimizar e/ou extinguir conflitos antes de sua judicialização, com a adequada utilização de instrumentos alternativos de solução de conflitos;

V – Favorecer o desenvolvimento de um senso ético profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das

normas jurídicas e a busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade.

4 Perfil Profissiográfico

Profissional com sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica em um contexto histórico social, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

5 Campos de Atuação Profissional

O Bacharel em Direito da Rede FTC poderá seguir um amplo leque de carreiras jurídicas, tais como Delegado de Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública, Magistratura e cargos da Administração Pública em geral. Enquanto advogado, poderá optar por atuar como profissional autônomo, trabalhar em assessorias ou consultorias jurídicas, para pessoas físicas ou jurídicas, de âmbito público ou privado. Poderá também optar pelo Magistério, tornando-se professor e pesquisador em diferentes especialidades.

6 Estrutura e Concepção Curricular

6.1 Número de Vagas e Turmas

200 vagas anuais, com duas entradas anuais.

6.2 Turno de Funcionamento

Diurno e noturno, de segunda a sábado.

6.3 Carga horária e Período de Integralização do curso

O curso organiza-se em 10 semestres letivos, totalizando 3920 horas, com a integralização em no mínimo 05 anos, com o desenvolvimento de componentes curriculares variados (disciplinas teóricas-práticas, atividades complementares e estágios) obrigatórios.

Tendo em vista a necessária articulação teoria-prática e com base na Resolução 09/2004, o Curso o Direito contemplará uma matriz curricular formada por três eixos de formação: Eixo de formação fundamental; eixo de formação profissional; eixo de formação prática.

O **Eixo de Formação Fundamental** tem por objetivo integrar o aluno no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo estudos que envolvam conteúdos essenciais.

O **Eixo de Formação Profissional** abrange enfoque dogmático, conhecimento e aplicação das diversas áreas do Direito, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

O **Eixo de Formação Prática** objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, abrangendo três atividades específicas: Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares e Trabalho Interdisciplinar Dirigido (TID).

Seguindo uma política de implantação de práticas inovadoras no processo ensino aprendizagem, e construção do paradigma interdisciplinar, a Rede FTC adotou em suas matrizes curriculares, a partir do primeiro semestre de 2008, uma nova

configuração institucional, com a introdução de **disciplinas universais, disciplinas nucleares e disciplinas específicas**, cuja adoção em nada se torna incompatível com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito.

As **Disciplinas Universais** são assim consideradas as que estão presentes em todos os cursos da Rede FTC, visando dar uma maior integração entre seus cursos e um sentido de rede, bem como reforçando o carácter interdisciplinar, oferecendo disciplinas que permitam inserir o graduando em assuntos e temas relevantes para o profissional do presente século.

As **Disciplinas Nucleares** são aquelas presentes em dois ou mais cursos afins, notadamente os da mesma área de conhecimento, ou mesmo em disciplinas de áreas de conhecimento diferentes, mas que tenham intersecção (Bioética, por exemplo, clara intersecção entre o Direito e a área de Saúde).

As **Disciplinas Específicas** são aquelas essenciais à formação profissional de cada Curso. Neste caso, estão sendo consideradas como específicas a quase totalidade dos conteúdos previstos na Resolução CNE/CES nº 09/2004.

A organização da matriz Curricular, atendendo aos pressupostos destes Eixos de formação, garantirá a formação do bacharel em Direito, perfazendo um total de 3920 horas, constituídas da seguinte forma:

- 700 horas de disciplinas universais;
- 60 horas de disciplinas nucleares;
- 2.860 horas de disciplinas específicas, sendo que:
 - 300 horas de Prática real e simulada
 - 80 horas de TCC
- 300 horas de Atividades Complementares.

6.4 Organização Curricular

O projeto curricular contemplará a flexibilidade, garantindo assim, seu ajuste às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Deverá observar variedade na oferta dos tipos de atividades para integralização curricular, de maneira a levar o aluno a desenvolver sua capacidade de lidar com problemas, buscando soluções.

O currículo proposto busca valorizar estudos independentes desenvolvidos pelos alunos em outros contextos de aprendizagem, que não a clássica disciplina em sala de aula, como por exemplo: monitoria, iniciação científica, extensão e outras

(seminários, congressos etc.). Assim, para integralização do currículo o aluno deve validar estas atividades, que podem ter sido realizadas em qualquer período do curso.

Na perspectiva de concretizar o perfil traçado para este Curso de Direito e com o objetivo de propiciar a formação adequada ao perfil profissiográfico proposto para o aluno, seguem as considerações pedagógico-administrativas a serem implantadas, segundo a Resolução CNE/CES 9/2004 do Conselho Nacional de Educação de Ensino Superior que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito - Bacharelado, a serem observadas pelas IES em sua organização curricular.

1. O Curso de Direito da Rede FTC contemplará uma Matriz Curricular formada por três **Eixos de Formação**, segundo o previsto na Resolução CNE/CES 9/2004, artigo 5º, quais sejam: Eixo de Formação Fundamental; Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática.
 2. **A Carga Horária Total do curso é de 3920 horas**, sendo que, ao **Eixo de Formação Fundamental** são disponibilizadas **1040 horas**; ao **Eixo de Formação Profissional** são disponibilizadas **1960 horas**, e ao **Eixo de Formação Prática** são disponibilizadas **920 horas**, divididas em 300 horas em Estágio Curricular Supervisionado, 80 horas em Trabalho de Conclusão de Curso, 300 horas em Atividades Complementares e 240 horas de trabalho interdisciplinar.
 3. Quanto ao **Eixo de formação fundamental**, o Curso de Direito, focado na estruturação de um aprendizado jurídico voltado para a atuação social, com vistas ao desenvolvimento humano e aos saberes tecnológicos do novo século, prevê disciplinas como meio ambiente e sociedade, linguagem e produção de texto, cidadania e interculturalismo, liderança e empreendedorismo, filosofia, ética e desenvolvimento humano, além daquelas previstas na Resolução CNE/CES nº 09/2004.
 4. Quanto ao **Eixo de Formação Profissional**, além das tradicionais disciplinas normativas, o Curso de Direito da Rede FTC prevê disciplinas como Mediação e arbitragem, Direito da Seguridade Social e Direito ambiental, com vistas a preparar o estudante para as novas demandas.
-

5. O **Eixo de Formação Prática** se encontra dividido em quatro grandes áreas: Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e Trabalho Interdisciplinar Dirigido.
6. O **Estágio Curricular Supervisionado**, componente curricular obrigatório com carga horária de 300 horas, é indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Este estágio será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, com acompanhamento de professores, oferecendo assistência judiciária, serviços de mediação e arbitragem e consultoria empresarial.
7. O **Trabalho de Conclusão de Curso** é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente pelo aluno, como trabalho de iniciação à pesquisa e de conclusão do curso de graduação, com recorte epistemológico a ser dado no âmbito jurídico. Terá ele acompanhamento em sala de aula, para a produção de trabalho científico de qualidade, computando uma carga horária total de 80horas/aula.
8. As **Atividades Complementares**, por sua vez, comportam 300 horas e são estimuladas pela Faculdade, com diversas atividades específicas para os estudantes de direito, como mini-cursos, seminários, palestras, além dos grupos de estudo e pesquisa e Monitoria.
9. O **Trabalho Interdisciplinar** objetiva trabalhar o conhecimento apreendido em sala de aula, através das propostas destes trabalhos, tendo uma vivência profissional. O aluno é levado a trabalhar em conjunto, produzindo uma outra vivência: a vivência social.
10. O aluno também terá possibilidade de participar da vivência em salas de aulas através do Programa de **Monitoria**, no qual o aluno de Direito, opcionalmente, experimenta a vivência acadêmica profissional.

6.4.1. Matriz Curricular por Eixo de Formação

A Matriz Curricular por Eixo de Formação, tal como é prevista pela Resolução CNE/CES 9/2004, prevê a sua distribuição em Eixos de Formação e horas/aula, como demonstra o quadro a seguir:

CARGA HORÁRIA DOS EIXOS DE FORMAÇÃO

EIXOS	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Fundamental	Ciclo de Disciplinas Obrigatórias	1040
Eixo de Formação Profissional	Ciclo de Disciplinas Obrigatórias	1960
Eixo de Formação Prática	Estágio Curricular Supervisionado	300
	Trabalho de Conclusão de Curso	80
	Atividades Complementares	300
	TID	240
TOTAL		3920

Cada Eixo de Formação contempla determinadas Disciplinas, tal como é exigido pelo art. 5º da Resolução CNE/CES 9/2004, como é a seguir especificado:

CARGA HORÁRIA DO EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Introdução ao estudo do Direito	60
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60
História do Direito	40
Fund. de Sociologia e Antropologia	60
Língua Portuguesa	40
Meio Ambiente e Sociedade	60
Metodologia do Trabalho Científico	60
Psicologia jurídica	40
Hermenêutica Jurídica	60
Cidadania e Interculturalismo	60
Linguagem e Produção de texto	60
Filosofia, ética e desenvolvimento humano	60
Liderança e Empreendedorismo	60
Economia	60
Filosofia jurídica	40
Ética profissional	40
Bioética	60
Libras	60
Linguagem Forense	60
TOTAL	1040H

CARGA HORÁRIA DO EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

MATÉRIA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Direito Civil	Civil I	60
	Civil II	60
	Civil III	60
	Civil IV	60
	Civil V	60
	Civil VI	40
	Civil VII	40
Direito Empresarial	Direito Empresarial I	60
	Direito Empresarial II	60
	Direito do consumidor	40
Direito Processual Civil	Teoria Geral do Processo	60
	Direito Processual Civil I	60
	Direito Processual Civil II	60
	Direito Processual Civil III	60
	Mediação e arbitragem	40
Direito Penal	Direito Penal I	60
	Direito Penal II	60
	Direito Penal III	60
	Direito Penal IV	60
	Medicina Legal	60
Direito Processual Penal	Direito Processual Penal I	60
	Direito Processual Penal II	60
Direito Administrativo	Direito Administrativo I	60
	Direito Administrativo II	60
Direito Constitucional	Direito Constitucional I	60
	Direito Constitucional II	60

	Direito Constitucional III	60
	Direito da Seguridade Social	40
Direito Tributário	Direito Tributário I	60
	Direito Tributário II e Processo Tributário	60
Direito do Trabalho	Direito do Trabalho I	60
	Direito do Trabalho II	60
	Direito Processual do Trabalho	40
Direito Internacional	Direito Internacional Público e Privado	60
Direito ambiental	Direito Ambiental	40
TOTAL		1960

CARGA HORÁRIA DO EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA

MATÉRIA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	Prática Jurídica Real e Simulada I	80
	Prática Jurídica Real e Simulada II	80
	Prática Jurídica Real de Simulada III	60
	Prática Jurídica Real de Simulada IV	80
TOTAL		300
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	80
Atividades Complementares	Atividades (Mini-cursos, Oficinas, visitas, audiências, etc.)	300
	Trabalho Interdisciplinar	240
TOTAL GERAL		920

6.5 Matriz Curricular

A Matriz curricular encontra-se em anexo.

6.6 Ementário e Bibliografias das Disciplinas

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

SEMESTRE I

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO 60h
--

EMENTA

Introdução à Epistemologia Jurídica. A Ciência do Direito. Direito e Ciências Afins. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria da Norma Jurídica. O Fato Jurídico. Os Sujeitos de Direito. A Relação Jurídica. Direito Subjetivo, Direito Objetivo e Direito Potestativo. O Dever Jurídico. O Ilícito. A Sanção Jurídica. Fontes de Direito. Noções sobre os principais ramos do Direito Público e do Direito Privado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**, 18ª edição, São Paulo: Saraiva, 2006;
2. NOGUEIRA, Rubem. **Curso de Introdução ao Estudo do Direito**, Editora: Noeses 4ª edição, São Paulo, 2007;
3. REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DINIZ, Maria Helena. **As lacunas do Direito**. 8ª edição, São Paulo: Saraiva, 2007;
2. TELLES JÚNIOR, Goffredo. **Iniciação na Ciência do Direito**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
3. VENOSA, Silvio de Salvo. **Introdução ao estudo do Direito**: primeiras linhas. São Paulo: Atlas, 2004.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA JURÍDICA 60H**EMENTA**

As ciências sociais, o seu objeto e campo de pesquisa. As contribuições das ciências sociais para o campo dos estudos jurídicos. Campo social e campo jurídico. Os agentes e instituições do direito como objeto de estudo sociológico e antropológico. O caráter humanístico do direito, seus limites históricos e culturais, seus desafios e responsabilidades sociais atuais. Conceito de Antropologia. Conceito de Cultura e a perspectiva comparativa no estudo da sociedade. Indivíduo, Cultura e Sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

BERGER; LUCKMANN. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2006.
MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
MELLO, Luiz Gonzaga de **Antropologia cultural: iniciação, teoria e tema**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 34ª e 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008
LONGO, Adão. **O Direito de ser humano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
MACHADO NETO, Antônio Luis. **Sociologia Jurídica**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: manual dos cursos de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DO DIREITO 40H**EMENTA**

Instituições, historicidade crítica e novos paradigmas. Direito na Antiguidade. Direito medieval e dogmática canônica. Capitalismo moderno e ordem normativa burguesa. América Pré-Colombiana e Influência Jesuítica no Brasil. Ordenações do Reino. Tradição legal e instituições políticas nacionais. Repensando as raízes culturais brasileiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro, Forense, 2000.
WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A Cidade Antiga**: estudos sobre o culto, o direito as instituições da Grécia e. Roma. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em História**. 5ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2006.
NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de História do Direito**. 15ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2004.

ECONOMIA 60H**EMENTA**

Introdução geral às Ciências Econômicas. A teoria econômica como ciência. Objeto da ciência econômica. Leis econômicas. Evolução das Escolas e Doutrinas Econômicas. Organização da atividade econômica. Fatores da produção. Os Sistemas Econômicos. Estrutura de um sistema econômico. Conceito dos principais agregados. Fenômenos econômicos e sua dimensão política. Mercados e Preços. Oferta e Demanda. Produtores. Consumidores e Mercados Competitivos. Demanda Individual e Demanda de Mercado. Produção. Custo de Produção. Maximização de Lucros e Oferta Competitiva. Análise de Mercados. Produção. Custo de Produção. Maximização de Lucros e Oferta Competitiva. Análise de Mercados Competitivos. Monopólio e Monopsônio. Determinação de Preços (x). poder de Mercado. Concorrência Monopolística e Oligopólio. Teoria dos Jogos e Estratégia Competitiva. Mercado para Fatores de Produção. Investimento, Tempo e Mercado de Capitais. O Papel do Governo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. Atlas, São Paulo, 2003.
PINHEIRO, Armando Castelar & SADDI, Jairo. *Direito, Economia e Mercados*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. PINHO, Diva Benevides . *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FURTADO, Celso. **Formação econômica no Brasil**. Companhia das Letras.
SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.
WESSELS, Walter J. *Economia*. São Paulo: Saraiva, 2003

Disciplina: Língua Portuguesa - Carga Horária 40hs**EMENTA**

A leitura e sua prática. A comunicação. Estudo das variedades lingüísticas com ênfase à norma padrão da língua. Abordagem dos aspectos fono-morfo-sintáticos e semânticos da língua. Elementos essenciais das frases, bem como a articulação com os elementos da sintaxe.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria M.; HENRIQUES, Antônio. **Língua Portuguesa**. Noções Básicas para Cursos Superiores. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CEREJA, W. R. & Magalhães, T. A. C. **Gramática Reflexiva**: Texto, Semântica e Interação. São Paulo: Atual, 1999.

INFANTE, Ulisses. **Cursos de gramática aplicada aos textos**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Scipione, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

CUNHA, C.; Cintra, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARTINS, D.M.; ZILBERKNOP, L.S. **Português Instrumental**. 15. ed. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1993.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO - 60H**EMENTA**

Ciência, Conhecimento e Saber. Teoria do Conhecimento. Metodologia Científica, Educação e Procedimentos de Estudo na Universidade. Métodos Científicos. Estratégias de Estudo e Aprendizagem. Diretrizes Metodológicas para Leitura, Análise e Interpretação de Textos. Processos e Técnicas de Elaboração do Trabalho Científico: Fichamento, Resumo e Resenha. Pesquisa. Tipos e Fases da Pesquisa Científica. Estudo de Caso, Seminário, Relatório de Pesquisa, Projeto de Pesquisa, Monografia e Artigo. Normas da ABNT, Citações, Bibliografia e Referências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: Técnica para fichamentos e resumos. São Paulo: Atlas, 2007.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: Monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SILVA, Jacqueline Andrade da; MOURA, Maria das Graças Cardoso. **Manual de metodologia do trabalho científico**. Salvador; P&A, 2006.

DISCIPLINA: TRABALHO INTERDISCIPLINAR DIRIGIDO I 60H

EMENTA

Estudo dos temas inerentes às linhas de pesquisa do curso de graduação, no sentido de promover a interdisciplinaridade entre os componentes da matriz curricular, numa perspectiva transdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da Ciência**. São Paulo: Cortez.
GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: Técnica para fichamentos e resumos. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.
CHAUI, Marilena. **Um convite à filosofia**. 12º ed. São Paulo: Ática, 2002.
HERKENHOFF, João Batista. **Para gostar do direito**: carta de iniciação para gostar do direito. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2010.

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO 60H**Ementa**

Conceito de política. Ciência Política e Estado. A evolução do pensamento político. Política e Direito. Poder e autoridade. Legitimidade do poder. A Teoria Geral do Estado. Origens, formação, conceito, elementos, fins do Estado e tipos históricos. Funções e poderes do Estado - a divisão do poder ao longo da história. O Estado e a garantia dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 25ª ed. São Paulo, Saraiva, 2005.
BERLOFFA, Ricardo Ribas da Costa. **Introdução ao Curso de TGE e Ciência Política**. Bockseller, 2004.
BONAVIDES, Paulo. **Ciencia Política**. Sao Paulo – SP, Malheiros, 13ª ed. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Campus. 12 ed. 2000
CRETELLA JR, José; **1000 Perguntas e Respostas sobre Teoria Geral do Estado**; 6ª ed. Forense, 2007.
MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEMESTRE II**DISCIPLINA: LINGUAGEM E PRODUÇÃO DE TEXTO 60H****EMENTA**

As diversas linguagens e sua comunicação. A importância do vocabulário mediante seu emprego. Frase, oração, período e parágrafo. O texto e suas propriedades. Tipologia textual: narração, descrição e dissertação, consoante suas partes imprescindíveis. Os diversos gêneros textuais. A coesão textual: os conectivos e a ligação das partes dos textos. A coerência textual: a construção de sentidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17 ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antônio. **Língua Portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16. ed. São Paulo:Ática, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
FARACO, Carlos Alberto; Tezza, Cristóvão. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petropolis,RJ: Vozes, 2002.
VIANA, Carlos Viana (Coord.). **Roteiro de redação**: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1998.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA 40H**EMENTA**

Origens, definição e desenvolvimento histórico da psicologia jurídica. Métodos em Psicologia Geral e Psicologia Jurídica. Campos de Aplicação e determinantes do comportamento. Estruturação, formação e tipos de personalidade. Fundamentos epistemológicos e conceituais da psicologia aplicados à área jurídica. Aplicações possíveis da intervenção psicológica nas áreas cíveis e criminais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**.
JESUS, Fernando de. **Psicologia aplicada à justiça**. 2ª ed. Goiânia: AB, 2006.
TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores de Direito**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAIRES, Maria Adelaide Freitas. **Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas**. São Paulo: Vetor, 2003.
LOPEZ, Emílio Mira Y. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: Péritas, 2009
PINKER, Steven; MOTTA, Laura Teixeira. **Como a mente funciona**.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I 60H**EMENTA**

Teoria Geral do Direito Privado. Unificação do Direito Privado. O Direito Civil. Conceito e Divisão. A constitucionalização do Direito Civil. Princípios do Direito Civil. A Lei de introdução ao código civil. Conflitos de lei no tempo e no espaço. Das Pessoas: da personalidade e da capacidade, dos direitos de personalidade. A pessoa natural e a pessoa jurídica. Da ausência, morte, domicílio e residência. Objeto de direitos. Os bens e a sua classificação. O patrimônio geral e os patrimônios especiais. Dos fatos jurídicos: dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. O abuso de direito. Do negócio jurídico e os seus elementos constitutivos, essenciais e acidentais (condição, termos e modo), invalidade e ineficácia do negócio jurídico. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol 1:** teoria geral do direito civil. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito civil:** teoria geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
RODRIGES, Silvio. **Direito Civil – Parte Geral.** Vol 1. São Paulo:Saraiva, 2007;
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Vol 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Código Civil.** NEGRÃO, Theotônio; GOUVÊA, José Roberto Faria. Código Civil e legislação civil em vigor. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
FACHIN, Luis Edson. **Teoria crítica do Direito Civil:** à luz do novo código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008;
Nery Júnior, Nelson. **Código Civil Comentado.** São Paulo: RT, 2009.
TEPEDINO, Gustavo. **A Parte Geral do Novo Código Civil:** estudos na perspectiva civil-constitucional. 3ª ed. . Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL I 60H**EMENTA**

Conceito de Direito Penal. Direito Penal e Direitos Humanos. História e finalidade do direito penal. Do poder punitivo estatal. Princípios gerais do direito penal. Eficácia da lei penal: lei penal no tempo, lei penal no espaço. Conflito aparente de normas. Teoria do delito. Evolução. Conceito de crime. Classificação dos delitos. A conduta. Ação: teoria causalista, social e finalista da ação. Omissão. Ausência de conduta. Sujeitos. Relação de causalidade. Imputação objetiva. Tipo e tipicidade. Crime consumado. Crime tentado. Crime impossível. Antijuridicidade. Dolo e culpa. Causas de justificação. Culpabilidade. Teoria normativa pura. Excludente de culpabilidade. Erro de tipo e erro de proibição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 10 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral, volume 1**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro, volume 1: parte geral, arts. 1º a 120**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 1: parte geral (arts.1º a 120)**. 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA Jr. Paulo José da. **Curso de Direito Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código Penal interpretado. 6ª ed.** São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 9ª ed. São Paulo: RT, 2008.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I 60H**EMENTA**

Teoria da Constituição. O Estado moderno e o constitucionalismo. As declarações dos direitos do homem e do cidadão. O direito constitucional e a Constituição: conceito (formal e material), origem, métodos, fontes e princípios do direito constitucional. Classificação das Constituições. Estudo histórico das Constituições brasileiras. A Constituição de 1988: objetivos e princípios. Poder Constituinte, poderes estatais constitucionais e interpretação da Constituição. Teoria dos direitos fundamentais e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2008;

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado.** Niterói: Impetus, 2009.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Luis Alberto David. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo, Saraiva.

BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva. **A Constituição Federal vista pelo STF.** 3ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** Método, 2007;

DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos. **Constituição e hermenêutica constitucional.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2002;

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2007.

DISCIPLINA: HERMENÊUTICA JURÍDICA 60H**EMENTA**

Introdução à Hermenêutica. Interpretação, aplicação e integração do Direito. Um panorama histórico sobre os antigos e os novos paradigmas: a evolução da hermenêutica em prol de um direito centrado no gênero humano. Momentos da interpretação jurídica. Teorias ou Escolas da Ciência do Direito: Jusnaturalismo, Escola da exegese, Escola histórica do Direito, Escola Sociológica do Direito, Positivismo Jurídico, Escola do direito livre, Escola da Jurisprudência dos Interesses, Positivismo Normativista, Culturalismo Jurídico, Teoria Crítica do Direito. Hermenêutica constitucional. Tendências atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Dilvanir José da. **Curso de Hermenêutica jurídica**: doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro. Forense, 1996.
STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica em crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fábio Ulhoa. **Para entender Kelsen**. São Paulo: Saraiva, 2001.
FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2008;
FREIRE, Ricardo Maurício. **Tendências do Pensamento Jurídico Contemporâneo**. Salvador: Podym, 2007.
FULLER, Lon. *O Caso dos Exploradores de Cavernas* Porto Alegre: Sergio Fabris, 1976.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DISCIPLINA: TRABALHO INTERDISCIPLINAR DIRIGIDO II 60H**EMENTA**

Estudo dos temas inerentes às linhas de pesquisa do curso de graduação, no sentido de promover a interdisciplinaridade entre os componentes da matriz curricular, numa perspectiva transdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
SILVA, Jacqueline Andrade; MOURA, Ma das Graças. **Manual de Metodologia Científica**. Salvador; Editora P&A, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org) **Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. Campinas: Papirus.
DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.
LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SEMESTRE III

DISCIPLINA: FILOSOFIA, ÉTICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO - 60H

A origem e evolução do pensamento filosófico. A atualidade de Sócrates, Platão e Aristóteles. A reflexão filosófica e o processo do conhecimento. Ética e moral como condição de sociabilidade. Análise de problemas éticos fundamentais. Concepções éticas na dimensão da formação profissional. Reflexão sobre as consequências sociais e implicações éticas das revoluções tecnológicas e científicas. Desenvolvimento Humano: questões conceituais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Aranha, M.L.A.; Martins, M.H.P. **Temas De Filosofia**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1998.
Chauí, Marilena. **Convite À Filosofia**. 13ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.
Cotrim, G. **Fundamentos Da Filosofia: História e Grandes Temas**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Buzzi, Arcângelo. **Filosofia Para Principiantes: A Existência-Humana-No-Mundo**. 12. Ed.
DIMOULIS, Dimitri. **O caso de denunciantes invejosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
Nalini, J. R. **Ética Geral E Profissional**. 3. Ed. (Rev. E Ampl.). São Paulo: R. Dos Tribunais, 2001.

DISCIPLINA: TRABALHO INTERDISCIPLINAR DIRIGIDO III 60H**EMENTA**

Estudo dos temas inerentes às linhas de pesquisa do curso de graduação, no sentido de promover a interdisciplinaridade entre os componentes da matriz curricular, numa perspectiva transdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino.. **Metodologia científica.**
GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
SILVA, Jacqueline Andrade; MOURA, Ma das Graças. **Manual de Metodologia Científica.** Salvador; Editora P&A, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.
Fundamentos de Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org) **Construindo o saber:** metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus.
DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.
LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II 60H**EMENTA**

Direito das Obrigações: Conceito e Importância do Direito das Obrigações. Introdução ao estudo das obrigações: estrutura, classificação, elementos, fontes e princípios que regem as obrigações. A constitucionalização das relações obrigacionais e os novos paradigmas. Modalidades (espécies) das obrigações. Efeitos das obrigações: o adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações. Consequências do inadimplemento. A transmissão da relação obrigacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL; Pinto, Antônio Luis de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia; BRASIL. **Código Civil e Constituição Federal**. São Paulo:Saraiva, 2008.
GAGLIANO, Pablo. Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Obrigações. São Paulo, Saraiva, 2009.
GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense 2008.
MONTEIRO, Washinton de Barros. **Curso de Direito Civil**: direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil, Vol 2**. Rio de Janeiro: Forense, 22ª ed, 2008;
RODRIGES, Silvio. **Direito Civil. Parte Geral das Obrigações**. Vol 2. Saraiva.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II - 60H**EMENTA**

Concurso de agentes. Teoria da pena. Conceito. Fundamento e finalidade. Evolução. Sistemas penitenciários. Individualização da pena. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e pecuniária. Aplicação da pena. Concursos de crimes. Crime continuado. Sursis e livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medida de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 9 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral, volume 1**. 11. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

DELMANTO. **Código Penal Comentado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007-2010.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro. Parte Geral**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 1: parte geral (arts.1º a 120)**. 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal, volume 1: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II 60H**EMENTA**

Organização do Estado e dos Poderes no Brasil. Repartição de competências. Poder Executivo. Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Ordem Econômica. Ordem Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2008;

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado.** Niterói: Impetus, 2009.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Luis Alberto David. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo, Saraiva.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da; SANTOS, Willinam Douglas Resinente dos. **Direito Constitucional:** teoria, jurisprudência e questões. 21ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos. **Constituição e hermenêutica constitucional.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2002;

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2007.

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO 60H***EMENTA***

Direito processual: princípios e conceitos fundamentais. Constitucionalização do Direito processual. O direito e a norma processual. Interpretação da lei processual. Jurisdição. Competência. Ação. Processo e procedimento. Relação Processual. Atos e Prazos Processuais. O Poder Judiciário. Serviços Auxiliares da Justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Justiça. **Código de Processo Civil**.
CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, DINAMARCO, Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2008.
GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro, Vol 1**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
THEODOR JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 50 ed. Forense, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL; PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Marcida Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDER, Livia. **Códigos Civil, Comercial, Processo Civil e Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva, 2006.
ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 11 ed. Forense, 2007.
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**.
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA: LINGUAGEM FORENSE - 60H

Ementa

Linguagem e comunicação jurídica. Níveis de linguagem no discurso jurídico. Vocabulário jurídico. Figuras de linguagem na comunicação jurídica. Aspectos gramaticais relevantes. Estruturas verbais na linguagem forense. Estrutura do texto jurídico. Textualidade, coesão e coerência. A argumentação jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAMIÃO, Regina Toledo; Henriques, Antônio. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas, 2007.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**.

WARAT, Luiz Alberto. **O Direito e Sua Linguagem**. Porto Alegre: Fabris, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HENRIQUES, Antônio. **Prática da linguagem jurídica**: soluções e dificuldades, expressões latinas. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Forense**: língua portuguesa para o curso de direito. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso**.

SEMESTRE IV**TRABALHO INTERDISCIPLINAR DIRIGIDO IV - 60 H*****EMENTA***

Estudo dos temas inerentes às linhas de pesquisa do curso de graduação, no sentido de promover a interdisciplinaridade entre os componentes da matriz curricular, numa perspectiva transdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino.. **Metodologia científica.**
GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
SILVA, Jacqueline Andrade; MOURA, Ma das Graças. **Manual de Metodologia Científica.** Salvador; Editora P&A, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** Atlas.
LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Atlas. .
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica.** São Paulo, Atlas.

Disciplina: Meio Ambiente e Sociedade – Carga Horária: 60hs**EMENTA**

A Questão ambiental. Contextualização das Questões Ambientais. Histórico da problemática e a tomada de uma consciência ambiental. Agenda 21. Desenvolvimento Sustentável. Principais Ameaças (padrão de consumo e matriz energética). Consequências da degradação de recursos naturais (Erosão, Desmatamento, Desertificação, Práticas agrícolas, Poluição do solo, Poluição da água, Poluição do ar, Perda de Biodiversidade) Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Legislação Ambiental (Art. 225 da Constituição Federal/88, Política Nacional de Meio Ambiente e Lei dos Crimes Ambientais). Instrumentos: C&C e IE'S. Gestão de Resíduos: Domésticos e Saúde. Educação Ambiental. Correntes econômicas ambientais, Governança Corporativa. Inovações tecnológicas ambientais. Responsabilidade Socioambiental. Mudanças Climáticas (Definições, causas e consequências, Protocolo de Quioto, Mecanismos de MDL e Mercado de carbono, Oportunidades Empresariais).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Álvaro Lemos. **Meio ambiente e sociedade**.
DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
BARBIERE, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. Uma incursão humanista na questão ambiental. São Paulo: Millennium, 2002.
TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III - 60H**EMENTA**

Teoria Geral dos contratos. Introdução. Noção de contrato. Histórico e função social do contrato. Princípios gerais de direito contratual e os novos princípios contratuais. Classificação dos contratos. Interpretação dos contratos. Formação, elementos e outras disposições sobre os contratos. Dos contratos em espécie. Novas figuras contratuais no direito brasileiro. Contratos aleatórios. Extinção dos contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. vol. 3. São Paulo: Saraiva.
BRASIL. **Código Civil e legislação civil em vigor**. São Paulo: Saraiva.
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil, vol 03**. São Paulo: Saraiva, 2000.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: contratos em espécie**. Vol 3. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGHER, Anne Joyce (Org). **Vade mecum acadêmico de direito**. São Paulo: Ridel, 2009.
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA Filho, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos: teoria**. São Paulo: Saraiva, 2009.
GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense.
PEREIRA, C. M. S. **Instituições de Direito Civil: contratos - .** vol. 3. Rio de Janeiro: Forense.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL III - 60H*EMENTA*

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a fé pública. Outros tipos penais previstos no Código.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte especial, **vol 2**. São Paulo: Saraiva, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal:** parte geral: parte especial. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008-2009

PRADO, Luis Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial vol 2. São Paulo: RT, 2008.

PRADO Luis Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro:** parte especial vol 3. São Paulo: RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Justiça. Código Penal.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** volume 2: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** volume 3: parte especial: dos crimes contra os costumes e dos crimes contra a administração pública. São Paulo, Saraiva, 2008.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Renovar.

MIRABETE, Julio Frabbrini. **Manual de direito penal:** parte especial arts 121 a 234 do CP. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL III - 60H**EMENTA**

Processo constitucional: constitucionalidade e inconstitucionalidade, controle de constitucionalidade e inconstitucionalidade das normas e dos atos normativos. Proteção dos direitos através das ações constitucionais. Mandado de Segurança individual e coletivo. Habeas Corpus. Habeas data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Nacionalidade e Direitos Políticos. Questões constitucionais relevantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2008;

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado.**

Niterói: Impetus, 2009.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Luis Alberto David. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo, Saraiva.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Controle judicial das omissões do poder público:** em busca de uma dogmática constitucional transformadora à luz do direito fundamental à efetivação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I - 60H***EMENTA***

Procedimento ordinário. Petição inicial. Respostas do réu e revelia. Reconvenção. Litisconsórcio, Intervenção de Terceiros e Assistência. Ação declaratória incidental. Responsabilidade processual. Despesas processuais. Saneamento do processo. Suspensão do processo. Provas. Audiência. Extinção do processo. Classificação dos pronunciamentos judiciais. Conteúdo da sentença. Efeitos. Coisa Julgada formal e material. Tutela antecipada e tutela específica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva.
CÂMARA, Alexandre de Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, vol 1.
GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008, vol 02.
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito processual civil. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. Salvador: Juspodium, 2010.
MARINONI. Luis Guilherme Marinoni. **Código de processo civil** – comentado artigo por artigo. Revista dos Tribunais.
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009, Vol 02.

DISCIPLINA: FILOSOFIA JURÍDICA - 40H**EMENTA**

Filosofia, direito e filosofia do direito. Roteiro histórico da filosofia do Direito. Clássicos da filosofia do direito: idealistas, materialistas e críticos. Os fins do direito. Teoria da justiça. Justiça distributiva e justiça comutativa. Ser e dever ser. A discussão dos problemas filosóficos contemporâneos na área do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: Edipro, 2005.

GUSMÃO, Paulo Dourado. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

DWORKIN, R.M. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

DWORKIN, R.M. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SEMESTRE V

DISCIPLINA: LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO - 60H

Conceitos, competências e definições de liderança. Principais teorias sobre liderança organizacional. Características, habilidades e o papel do líder na organização. Estilos de liderança. Tópicos de Liderança e empreendedorismo. Princípios básicos do empreendedorismo. Espírito empreendedor. Gestão empreendedora e suas ferramentas. Empreendedorismo, globalização e o mundo do trabalho. Importância do empreendedorismo na formação da riqueza do país. Atividade empreendedora como opção de carreira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo dando asas ao espírito empreendedor**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008

HARVARD BUSINESS REVIEW. **Rumo à liderança**. Rio de Janeiro: Campos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, Francisco Luiz Wever. **Empreendedores Brasileiros**. São Paulo: Campus, 2002.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2005.

JUSTUS, Roberto. **O empreendedor: como se tornar um líder de sucesso**. São Paulo: Laurosse do Brasil, 2007.

SAMPAIO, Getúlio Pinto. **Teoria do sucesso: empreendedorismo e felicidade**. São Paulo: Nobel, 2006.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV - 60H***EMENTA***

Introdução ao direito das coisas. Distinção entre direito pessoal e real. Posse: conceito, teorias, classificação, modos de aquisição e perda. Função social da posse. Proteção da Posse. Propriedade. Disciplina constitucional. Função social da propriedade. Modos de aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Direito de vizinhança. Propriedade resolúvel. Direitos reais sobre coisa alheia. Direitos reais de garantia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Código Civil**. Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: direito das coisas. 24^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: direitos reais. 9^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direitos reais. 20^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2009, V.05.

DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV - 60H**EMENTA**

Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a administração pública. Outras leis penais especiais: tóxicos, imprensa, abuso de autoridade, crimes hediondos, crime organizado, porte de arma, interceptação telefônica, crimes ambientais, crimes contra o consumidor, racismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2008.
BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal**: Saraiva.
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial. Rio de Janeiro: Impetus, 2007,2008.
JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, vol 02**. São Paulo: Saraiva, 2008.
CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: volume 04: legislação penal especial. São Paulo: Saraiva, 2008.
JESUS, Damásio E de. **Lei das Contravenções penais anotada**. São Paulo: Saraiva, 2001.
SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Direito penal**: parte especial. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II - 60H**EMENTA**

Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória. Uniformização da jurisprudência. Rito sumário. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Juizados Especiais Cíveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Código de Processo Civil**: Saraiva.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lumenjuris, 2009. V.2
DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. Salvador: Podyum, 2009.
NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. São Paulo: RT.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2009.
NERY JÚNIOR, Nelson. ANDRADE NERY, Rosa Maria de. **Código de Processo civil comentado e legislação extravagante**. Revista dos Tribunais.
SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2009, Vol 03.
THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010, vol 03.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I 60H***EMENTA***

Comércio e Direito Empresarial. Autonomia e objeto do Direito de Empresas. Fontes do Direito Empresarial. O Empresário e a sociedade empresária no novo Código Civil. Obrigações do empresário. Registros públicos de interesse empresarial. Capacidade e impedimentos para realizar a atividade empresarial. Estatuto da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte. Sociedades empresárias e não empresárias. Natureza e Regime das Sociedades empresariais. Auxiliares do empresário. Desconsideração da personalidade jurídica. Extinção da empresa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2009.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2007.
TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008-2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZZIO JR, Waldo . **Manual de Direito Comercial**. São Paulo : Atlas, 2009.
MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: direito societário: sociedades simples, empresárias**. São Paulo: Atlas.
MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais e microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL - 40H*EMENTA*

Desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. Evolução histórica do direito ambiental. Meio ambiente e constituição federal. Política nacional do meio ambiente. Sistema nacional do meio ambiente. A avaliação de impactos ambientais no direito brasileiro. Dano ambiental no Direito brasileiro. Tutela administrativa do meio ambiente. Tutela civil do meio ambiente. Tutela penal do meio ambiente. A ordem internacional e o meio ambiente. Responsabilidade sócio-ambiental nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
BRITO, Álvaro Lemos. **Meio ambiente e sociedade**.
FIORILLO, Celso Antônio. **Curso de Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito ambiental**. Salvador: Podiym, 2010.
MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina e jurisprudência. São Paulo: RT, 2007

SEMESTRE VI

Disciplina: Cidadania e Interculturalismo – Universal - Carga Horária 60hs**EMENTA**

Cidadania e movimentos sociais. Globalização. Sociedade da informação e virtualidade. Cultura, identidade e alteridade. Cultura brasileira. Diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELENS, Adroaldo de Jesus. **Cidadania e interculturalismo**
LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*. um conceito antropológico. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1989.
ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
MANZINI-COURG, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
ORTIZ, Renato. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Disciplina: DIREITO CIVIL V - 60h**EMENTA**

Família. Origem, conceitos e evolução. Direito de família: objeto, conteúdo e princípios gerais. Competência da vara de família ou cível. A constituição da família no direito brasileiro. Casamento. Efeitos do casamento. Invalidade e extinção do casamento. Separação Judicial e Divórcio. União estável. Dissolução da união estável. Relações de Parentesco. Filiação. Adoção. Poder Familiar. Bem de família. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção à criança e ao adolescente. Inovações no direito de família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Código Civil**. Saraiva.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direitos das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: volume 6: direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. São Paulo: RT, 2009.

CAHALI, Francisco José; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Alimentos no Código Civil: aspectos civil, constitucional, processual e penal**. São Paulo: Saraiva, 2007.

WALD, Arnald; FONSECA, Priscila M.P. Corrêa da. **Direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2009, vol 05.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III 60H**EMENTA**

Processo cautelar. Noção geral de processo cautelar. Procedimentos cautelares. Execução e cumprimento de sentença. Natureza e objeto. Títulos executivos. Fraude à execução. Liquidação de sentença. Espécies de execução. Suspensão e extinção da execução. Remição, impugnação, exceção de pré-executividade. Ação monitória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Código de processo Civil**. Saraiva.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009, vol 03. .
DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JÚNIOR, Hermes. **Curso de direito processual civil**. Salvador: Juspodivm, 2010, v.04.
GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009, vol 03 (3º volume).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil, vol 03**. São Paulo: Atlas.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo de execução e cumprimento de sentença**. Rio de Janeiro: Leud, 2009
SILVA, Ovídio Batista da. **Do processo cautelar**. Rio de Janeiro: Forense, 2009

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL II 60H***EMENTA***

Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Constituição e Exigibilidade dos Títulos de Crédito. Atributos dos títulos de crédito. Títulos de Crédito em Espécie: Letra de Câmbio, Nota Promissória, Cheque, Duplicata. Outros Títulos de Crédito. Contratos empresariais. Conceitos e espécies. Falência: Conceito de falência e de execução Coletiva. A instauração da falência. Efeitos da falência. Processo judicial de falência. Recuperação judicial da empresa. Recuperação extrajudicial da empresa. Falência do empresário individual. Crimes falimentares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial, vol 02**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 25.ed.São Paulo: Saraiva, 2007.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULGARELLI, Waldírio. **Títulos de Crédito**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial vol 3**. São Paulo: Saraiva, 2009.
MAMEDE, GLADSTON. **Direito Empresarial Brasileiro: títulos de crédito**. São Paulo: Atlas, 2008 e 2009.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I 60H**EMENTA**

Direito Processual Penal: conceito, evolução e princípios gerais do processo penal. Princípios e garantias constitucionais do cidadão no processo penal. Fontes do direito processual penal. Interpretação e aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Procedimentos de investigação preliminar. Inquérito policial: noção, natureza, características, estrutura, valor probante, arquivamento e desarquivamento. Ação penal: noção, natureza, espécies, princípios norteadores. Denúncia e queixa: requisitos, recebimento, rejeição, aditamento. Sujeitos Processuais. Ação civil “ex delicto”. Competência. Das questões e processos incidentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL; PINTO, Antônio Luis de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. **Código de processo penal e Constituição Federal**. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. Volume 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. Volume 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. Rio de Janeiro, 2009.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo e execução penal**. São Paulo: RT, 2008.

SEMESTRE VII

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VI 40H**EMENTA**

Direito das sucessões: noções gerais. Sucessão: legítima e testamentária. Vocações hereditária. Herança e legado. Testamento: conteúdo e formas. Direito de acrescer. Substituições. Deserdação. Revogação dos testamentos. Do inventário e partilha. Ação de petição de herança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 1999-2000, 6v
RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2002-2003, 7v.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Curso de Direito Civil: direito das sucessões (vol 07)**. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENOSA, Silvio de Salvo. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2005. 7 v.
FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010
PEREIRA, Rodrigo da Cunha; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Código Civil da família anotado: legislação correlata em vigor**. Curitiba: Juruá, 2009.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II - 60H**EMENTA**

Dos fatos e atos processuais. Das nulidades. Da citação, notificação e intimação. Das provas. Do interrogatório. Ofendido e testemunhas. Reconhecimento, acareação e documentos. Da prisão e da liberdade provisória. Processo e procedimentos. Júri. Pressupostos processuais. Sentença. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei de Execuções penais. Lei dos Juizados Especiais Criminais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECCO Filho, Vicente. **Manual de processo penal**. 2.ed. São Paulo, Saraiva.
TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Antomni Rodrigues Cavalcanti de. **Curso de direito processual penal**. Salvador: Juspodium, 2010.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUCLERC, Elmir. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 6 ed. São Paulo: RT.
TORNAGHI, Hélio Bastos. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO DO TRABALHO I – 60 HORAS**EMENTA**

Direito do Trabalho: Histórico, conceito, divisão e fontes. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato individual de trabalho. Caracterização. Contratos afins. Obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Remuneração. Salário. Jornada de trabalho. Férias. Repouso. Adicionais. Estabilidade. Fundo de Garantia do tempo de Serviço. Aviso prévio e extinção do contrato de trabalho. Contratos especiais de trabalho. Flexibilização do Direito do trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: origens históricas dos sindicatos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL; CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar**. 107 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTIN, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho: história e teoria do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho*. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRION, Valentin . **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. legislação complementar e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Comentários à Consolidação da Leis do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SUSSEKIND, Arnaldo; TEIXEIRA FILHO, João de Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr. 2 vols.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I 60H**EMENTA**

Sistema Administrativo Brasileiro: conceitos, fontes e princípios do direito administrativo. Administração pública direta e indireta. Competência. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Entes Públicos. Órgãos Administrativos. Função Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2010
CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro.: *Lumen Júris*.
MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALEIXO, Dêlcio Balestero;
BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2009-2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Atlas.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: PRÁTICA JURÍDICA REAL E SIMULADA I (Cível) 80h**EMENTA**

Articulação teoria-prática no desenvolvimento das atividades dos profissionais de Direito na área cível, envolvendo a participação dos estudantes na resolução de problemas, estudo de casos concretos, confecção de peças processuais e acompanhamento de audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

CAMPOI, Valdir. **Manual de prática forense civil**. Lemos e Cruz: RT, 2009.
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**. V1 e V2. Atlas.
NERY JÚNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação. RT.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. Atlas.
BRASIL. **Código Civil**. São Paulo: Saraiva.
BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.
CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. Atlas.
CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. Saraiva.

DISCIPLINA: MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM - 40H**EMENTA**

Os conflitos e a solução dos conflitos. Os valores jurídicos: ordem, segurança jurídica, liberdade, justiça. Os valores como causa de conflitos sociais. Pretensão, interesse e conflito. Direito e solução de conflitos: o direito como instrumento de pacificação de conflitos, o direito como meio de controle social, a função educativa do direito. Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos; arbitragem, mediação, negociação e outros mecanismos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

BEZERRA, Paulo César Santos. **Acesso à Justiça: um problema ético-social no plano da realização do direito.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional. Nova era do processo civil.** São Paulo: Malheiros.

FURTADO, Paulo & UADI, Lammêgo. **Lei de Arbitragem comentada.** São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

AMARAL, Lídia Miranda de Lima. **Mediação e arbitragem.** São Paulo: LTr.

AYOB, Luis Roberto. **Arbitragem: o acesso à justiça e a efetividade do processo: uma nova proposta.** Rio de Janeiro. Lúmen Júris.

FARIA, José Eduardo. **Justiça e conflitos: os juízes em face dos movimentos sociais.** São Paulo: RT, 1991.

SEMESTRE VIII**DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VII 40H***EMENTA*

Teoria geral da responsabilidade civil. Responsabilidade civil contratual. Responsabilidade civil extracontratual. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa ou animal. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Responsabilidade civil do estado e seus agentes. Cláusulas abusivas e modificativas da responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil, volume 7.** São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.

STOCO, Rui. **Responsabilidade Civil.** São Paulo: RT.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral.** São Paulo: RT.

DIAS, Aguiar. **Responsabilidade Civil. Vol 01 e 02.** São Paulo: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil.** São Paulo: Saraiva.

Disciplina: Direito do Trabalho II - 60h**EMENTA**

Direitos sociais. Direito coletivo do trabalho. Origens históricas dos sindicatos. O direito internacional do trabalho e a OIT. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. A problemática da justiça do trabalho. O direito de greve e o *lockout*. Globalização e direito sindical. Reestruturação produtiva e sindicalismo de colaboração. A internacionalização do direito coletivo do trabalho. Mercosul e o direito coletivo do trabalho. Perspectivas do direito coletivo do trabalho brasileiro e internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CLT Saraiva e Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2007-2008.
MARTIN, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.
OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. São Paulo: Atlas, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2009-2010.
CARRION, Valentin . **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. legislação complementar e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva.
OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhistas**. São Paulo: Atlas.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II 60H**EMENTA**

Regulamento Administrativo. Ato Administrativo. Processo Administrativo. Licitação e Contratos Administrativos. Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público. Convênios e Consórcios Administrativos. Poder de Polícia. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Restrições Administrativas à Propriedade Privada. Bens Públicos. Responsabilidade Patrimonial Extracontratual da Administração Pública. Controle da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2007.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO I - 60H**EMENTA**

Introdução. Codificação e fontes do direito tributário. Tributos. Sistema tributário constitucional e discriminação de rendas. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Competência tributária. Legislação tributária. Vigência da lei tributária no espaço e no tempo. Obrigação tributária. Fato gerador. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Fiscalização. Dívida ativa tributária. Ilícito puramente fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Leis e decretos. **Código tributário nacional e constituição federal**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASSONE, Vitório. **Direito tributário**: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2007-2008.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. São Paulo: Saraiva.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Atlas, 2005.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR - 40H***EMENTA***

Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Direitos básicos dos consumidores. Da qualidade de produtos e serviços e a responsabilidade do fornecedor. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Das práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Proteção contratual. Formação e conteúdo dos contratos de consumo. Da defesa do consumidor em juízo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, Pellegrini e outros. “**Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**”.
Comentado – Forense – 5ª ed.

NUNES, Rizatto. **Curso de Direito do Consumidor**: com exercícios. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código de proteção e defesa do consumidor. Brasília: Ministério da Justiça.

DONATO, Maria Antonieta Zanardo. **Proteção ao Consumidor**. Conceito e Extensão. São Paulo: RT.

GAMA, Hélio Zahetto. “**Direito do Consumidor**”- Forense.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do Consumidor em Juízo**. São Paulo: Saraiva.

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA REAL E SIMULADA II (CÍVEL) 80H**EMENTA**

Articulação teoria-prática no desenvolvimento das atividades dos profissionais de Direito na área cível, envolvendo a participação dos estudantes na resolução de problemas, estudo de casos concretos, confecção de peças processuais e acompanhamento de audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Código de Processo Civil. RT
CASELA, José Erasmo. **Manual de prática forense**. São Paulo: Saraiva, 2008.
FERREIRA, Fernando Amâncio. **Manual dos recursos em processo civil**. Almedina, 2007.
MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Novo processo civil brasileiro**. Forense.
NEGRÃO, Theotônio. **Código Civil e Legislação Civil em Vigor**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, Araken de. **Manual de execução**. RT.
CARNEIRO, Athos Gusmão. **Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares**. Forense.
GRINOVER, Ada Pelegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Forense.
MELOS, Domingos de. **Manual de prática jurídica civil**. Atlas, 2010.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Processo cautelar**. Leud.

SEMESTRE IX

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO II E PROCESSO TRIBUTÁRIO - 60H**EMENTA**

Tributos em espécie. Decadência e prescrição em matéria tributária. Procedimento e Processo administrativo fiscal. Princípios do processo administrativo tributário. Procedimentos administrativos e preventivos voluntários. Processo Judicial tributário. Execução fiscal e medida cautelar fiscal. Mandado de Segurança em matéria tributária. Ação de repetição de indébito tributário. Processo Penal aplicado aos crimes contra a Ordem tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Leis e decretos. **Código tributário nacional e constituição federal**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
CASTRO, Alexandre Barros. **Procedimento administrativo tributário**. São Paulo: Saraiva, 2008
CAMPOS, Dejalma. de. **Direito processual tributário**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007
CASSONE, Vitorio, Maria Eugênia Teixeira Cassone. **Processo Tributário: teoria e prática**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2007.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio: Forense.

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - 40H***EMENTA***

Fundamentos do direito processual do trabalho: normas e princípios. Organização, Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho. Formas alternativas à jurisdição trabalhista. Reclamação trabalhista e defesa. As implicações do processo civil no processo trabalhista. Prazos processuais. Litisconsórcio. Assistência e Substituição Processual. Tutela antecipada. Ações cautelares e especiais no processo do trabalho. Audiência. Provas. Sentença. Procedimento sumário. Recursos em espécie. Coisa Julgada. Ação rescisória. Mandado de Segurança e Correição parcial. Execução. As comissões de conciliação prévia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Isis de. **Manual de Direito Processual do Trabalho: processo de conhecimento e processo de execução trabalhista**. São Paulo: Atlas.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIGLIO, Wagner. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.
MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Processo coletivo do trabalho**. São Paulo: Ltr.
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTR.

Disciplina: DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 40h**EMENTA**

Histórico da seguridade social: conceito, evolução e legislação. A divisão da seguridade social na Constituição Federal: saúde, previdência social e assistência social. Organização, objetivos e princípios constitucionais da Seguridade Social. Direito previdenciário. Regime da previdência social. As relações jurídicas previdenciárias de custeio e benefício. Segurados. Dependentes beneficiários. Contribuintes. Os benefícios e serviços previdenciários. Aposentadoria. Acidentes de trabalho. Competência para processamento das ações previdenciárias. Custeio da Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

GONÇALES, Odonel Urbano. Manual de direito previdenciário: acidentes do trabalho. São Paulo: Atlas.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social e saúde. São Paulo: Atlas.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTR.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

BALERA, Wagner. A Seguridade Social na Constituição de 1988. São Paulo: RT.

RUSSOMANO, Mozart V., Curso de Previdência Social. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

DISCIPLINA: BIOÉTICA - 60H**Ementa**

Conceito e evolução da bioética. Distinção entre bioética e ética biomédica. Princípios da bioética. Bioética do cotidiano e bioética de fronteira. Procriação assistida. O aborto e suas implicações bioéticas e jurídicas. Sexualidade humana. Conceito de morte e eutanásia. Transplante de órgãos e tecidos. Clonagem. Temas relevantes em Bioética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

AGUIAR, Mônica. **Direto à Filiação e Bioética**. Rio de Janeiro: Forense.
CLEMENTE, Ana Paula (Org). **Bioética no início da vida**. Dilemas pensados de forma transdisciplinar. Editora Vozes.
DURANT, G. **A Bioética: natureza, princípios, objetivos**. São Paulo: Paulus.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUNGES, José R. **Bioética: hermenêutica e casuística**. Editora Loyola.
SAUWEN, Regina F; HRYNIEWICZ, Severo. **O Direito "in vitro": da bioética ao biodireito**. Editora Lumens Júris.
VOLNEI GARRAFA, Sérgio I Costa. **A bioética no século XXI**. Editora UNB.

DISCIPLINA: PRÁTICA REAL E SIMULADA III (PENAL) 60H**EMENTA**

Articulação teoria-prática no desenvolvimento das atividades dos profissionais de Direito na área penal, envolvendo a participação dos estudantes na resolução de problemas, estudo de casos concretos, confecção de peças processuais e acompanhamento de audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOUT, Cesar Roberto. **Código penal comentado**. RT
GRECO, Vicente. **Manual de processo penal**. Saraiva.
MIRABETE, Julio Fabrini. **Código de processo penal interpretado**. Atlas
NUCCI, Guilherme Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. RT

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

ARANHA, Adalbert. **Da prova no processo penal**. Saraiva.
GIACOMOLLI, Nereu Jose. **Juizados Especiais Criminais**. Livraria do advogado
GRINOVER, Ada Pelegrini. **As nulidades do processo penal**. RT
NUCCI, Guilherme Souza. **Código de processo penal comentado**. RT
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. Saraiva.

TCC I – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - 40H**EMENTA**

Projeto de pesquisa. Pesquisa jurídica. Métodos e técnicas de pesquisa. Elementos metodológicos da monografia. Uniformização redacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

HENRIQUES, Antonio e MEDEIROS, João - **Monografia no curso de Direito** - Ed. Atlas - 1999;

MEZAROBBA, Orides. **Manual da Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOAVENTURA, Edivaldo M. Como ordenar as idéias. 3.ed. São Paulo: Ática.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **Manual de monografia Jurídica**. 5 ed. São Paulo: Saraiva

SEMESTRE X

DISCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL 40H**EMENTA**

Ética e direito: fundamentos (gerais e específicos) e os ideais de justiça. Ética funcional e profissional: didologia e deontologia dos profissionais do direito. Deontologia da magistratura. O ministério público e a questão ética. Ética e advocacia: regras deontológicas fundamentais, sigilo profissional, relações com os clientes, honorários profissionais. Conduta no foro: perante autoridades e auxiliares da justiça (relações interpessoais e profissionais). “Carga”, zelo e responsabilidade pelos autos processuais. Posturas em audiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Guilherme Assis de et al. **Ética e direito: uma perspectiva integrada**. São Paulo: Atlas.
BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica**. São Paulo: Saraiva.
MAMEDE, Gladston. **Fundamentos da legislação do advogado: para o curso de Ética profissional e o exame da OAB**. São Paulo: Atlas..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marco Claudio. **Á ética do advogado**. São Paulo: Jurídica Brasileira.
NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. São Paulo: RT.
PERELMAN, Chaim. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO - 60H**EMENTA**

Direito Internacional Público; Histórico; Fundamentos; Sociedade Internacional; Fontes; Instrumentos de Interpretação e Compensação; Sujeitos do Direito Internacional Público; Responsabilidade Internacional; Fenômeno Sucessório; Domínio Público Internacional; Solução Pacífica dos Litígios Internacionais; Guerra; Direito Internacional Privado; Direito Uniforme e Direito Internacional Privado; Fontes do Direito Internacional Privado; Nacionalidade; Condição do Estrangeiro; Conflito de Leis; Preceitos Básicos do Direito Internacional Privado; Direito Civil Internacional; Processo Civil Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.
HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público, vol III**. São Paulo: LTR.
REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: Curso elementar**. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
PIOVESAN, Flávia. **Diretos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad.
RANGEL, Vicente Marota. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva.

Disciplina: MEDICINA LEGAL - 60h**EMENTA**

Introdução ao estudo da medicina legal. Perícia e peritos. Necropsias. Tanatologia forense. Identificação médico-legal e criminal. Documentos médico-legais. Perícias em pessoas, cadáveres, coisas e animais. Lesões corporais, instrumentos contundentes, perfurantes, cortantes e perfuro-cortantes, explosões, queimaduras, eletricidade, asfixiologia, toxicologia, sexologia e obstetrícia forense. Aspectos éticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Leonardo Mendes. **Medicina Legal para Acadêmicos de Direito**. São Paulo: DelRei, 2006.
CROCE, Delton e CROCE JR, Dalton. **Manual de Medicina Legal** . 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso Básico de Medicina Legal**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Hilário Veiga de. **Compêndio de Medicina Legal**.
CROCE, Delton. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva, 2004.
GOMES, Hélio. **Medicina Legal**. 31 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1998

DISCIPLINA: PRÁTICA REAL E SIMULADA IV (TRABALHISTA) 80H

Ementa

Articulação teoria-prática no desenvolvimento das atividades dos profissionais de Direito na área trabalhista, envolvendo a participação dos estudantes na resolução de problemas, estudo de casos concretos, confecção de peças processuais e acompanhamento de audiências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. Atlas.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. Saraiva.
CARRION, Valentim. **Comentários a consolidação das leis do trabalho**. Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Roni Genicolo. **Manual de rotinas trabalhistas**. Atlas.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.
OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista**. Atlas.
OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhistas**. Atlas.
OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Comentários das súmulas do TST**. RT

TCC II - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - 40H**EMENTA**

Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. As fases da pesquisa jurídica. Métodos e técnicas da pesquisa jurídica. Monografia no Curso de Direito. Normas da ABNT. Citações, bibliografia e referências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.
HENRIQUES, Antonio e MEDEIROS, João - **Monografia no curso de Direito** - Ed. Atlas - 1999;
MEZAROBBA, Orides. **Manual da Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as idéias**. 3.ed. São Paulo: Ática.
LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 7.ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SALOMON, Décio Vieira - **Como fazer uma Monografia** - Ed. Martins Fontes.

7 Concepção e Princípios Metodológicos

Pensar na concepção e princípios metodológicos de um curso de ensino superior é estabelecer os caminhos que indicarão as propostas e alternativas adequadas para a concretização da formação pretendida, visto que o êxito de propostas de formação que buscam a construção progressiva das competências está diretamente relacionado à metodologia utilizada devido à inter-relação entre *o que se aprende e como se aprende*.

Compreendida como um conjunto de processos que o ser humano lança mão para alcançar um determinado fim, as escolhas metodológicas se respaldam em concepções e princípios que auxiliam o professor na organização da sua práxis didática, potencializadoras da aprendizagem dos alunos.

Uma Instituição de Ensino Superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura do saber, do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora do desenvolvimento e da solução dos problemas nacionais. Sua preocupação deve ser a de produzir modelos de desenvolvimento baseados em valores humanos novos, voltados para problemas da realidade. Um promotor de justiça, um magistrado, um advogado para o século XXI devem compreender os processos de globalização, as mudanças mais amplas no plano internacional dentro das quais os destinos do país são traçados.

Além disso, ela precisa ter como função básica a posição de crítica, fazendo da sala de aula um local para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, transformando seus alunos e professores em agentes de mudança. Dessa maneira, ela assumirá um papel direto e ativo na condução de projetos que realmente transformem o espaço social em que está inserida e promovam o seu desenvolvimento.

Assim, as estratégias e princípios metodológicos, seguirão prioritariamente uma visão interdisciplinar e sistêmica da formação do aluno, implicando em atividades que se complementam e se inter-relacionam. Concebe-se assim, uma dinâmica que prevê a interface entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, entre a descrição e a prescrição, entre a análise e a síntese, entre o real e o desejado das situações do contexto de aprendizagem.

Desta forma, a relação teoria/prática é realizada através de alguns princípios metodológicos:

- *Utilização da Pesquisa e Prática como eixo articulador do currículo:* A indissociabilidade entre teoria/prática se torna efetiva como princípio metodológico, na medida em que, a Pesquisa e Prática Pedagógica se fazem presente em toda a extensão do curso, evidenciando a questão da interdisciplinaridade presente na interação das disciplinas, nos procedimentos da pesquisa, nos métodos e nas estruturas curriculares.
- *Implantação de uma cultura de avaliação contínua e qualitativa* englobando as várias atividades propostas pelas disciplinas articuladas ao eixo norteador da Pesquisa e Prática Pedagógica, visando a interdisciplinaridade, o ensino e a pesquisa. A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, pois possibilita o diagnóstico do ponto de partida no trabalho com os alunos e para onde caminhar, assim como, aferir os resultados alcançados e fazer ajustes necessários, considerando os objetivos pretendidos.
- *Articulação da formação profissional com o campo de estágio.* Procura-se articular toda a formação profissional, fazendo com que a teoria esteja voltada para o estudo de casos concretos e para a proposição de projetos de intervenção social;
- *Manter a articulação entre ensino e pesquisa.* A importância da atividade de pesquisa na qualidade da formação do futuro profissional que aprendeu a investigar e a pesquisar é capaz de problematizar, a levantar explicações, a propor soluções ou hipóteses alternativas e a testar a viabilidade ou

consciência de suas predições, enfim, a pensar de forma autônoma, metódica e crítica.

- *Utilização da flexibilidade curricular*- oferecer um elenco de disciplinas que o habilitam a desenvolver as qualidades necessárias para as exigências do século XXI, a exemplo das disciplinas universais e nucleares, bem como a inexistência de pré-requisitação e as atividades complementares. É necessário ter a clareza dos objetivos da aprendizagem, das competências e conhecimentos a serem construídos e mobilizados pelos alunos, adotando-se um plano flexível e criativo.
- *Contextualização dos conhecimentos, dos problemas e das atividades* uma vez que o que dá sentido à aprendizagem é a dimensão vivencial de quem a condiciona.

7.1 Interação Teoria e Prática

O curso de Direito da Rede FTC compreende que não há como estabelecer uma proposta de ensino eficiente sem a busca incessante por um equilíbrio entre os conteúdos teóricos, ministrados e investigados na instituição, em relação à prática.

É por esse motivo que o curso de Direito da Rede FTC tem o interesse de desenvolver toda uma gama de atividades que auxiliem o acadêmico na descoberta de sua área de aptidão, bem como no desenvolvimento de atividades que lhe proporcionem o desenvolvimento da capacidade de aplicação prática, do conhecimento apreendido e compartilhado pelo professor.

Uma forma de articulação será através da inclusão, no programa do curso, da possibilidade do aluno desde cedo ter contato com a experiência no campo prático, através do estágio não-obrigatório, mas estimulado.

Isso ocorrerá desde o início do curso, nos primeiros semestres, porque a instituição tem por certa a idéia de que não se pode conseguir um grau satisfatório de afinidade profissional (interesse por determinada área do direito) somente propiciando a experiência da prática através do estágio supervisionado, que, devido à exigência de um determinado acúmulo de conhecimento adquirido em disciplinas de direito material e processual, não pode ser oferecido antes dos dois últimos anos de curso.

Ressalte-se que as atividades práticas terão por base as pesquisas, também desenvolvidas desde o início do curso, através do **Trabalho Interdisciplinar Dirigido - TID**.

A promoção de conferências, congressos, palestras, seminários, colóquios e projeção de vídeos que transmitam ao acadêmico as formas positivas de como o direito é ou deve ser implementado, aliada às visitas organizadas aos órgãos de administração da justiça e a determinados espaços de intervenção da sociedade civil (associações de bairro, assentamentos urbanos, rurais, etc) serão outras formas de associar conhecimento transmitido à prática jurídica cotidiana.

7.1.1. Estágio Supervisionado

A interação entre a teoria e a prática, caracterizada pelo estágio supervisionado, constitui-se em componente curricular obrigatório que visa a aplicação dos conhecimentos estudados na realidade cotidiana, realizando a transposição de conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica, possibilitando o desenvolvimento da prática profissional, onde estão envolvidos os aspectos técnicos, científicos, sociais e humanos da profissão

Nesse intuito, estabelecemos os seguintes objetivos para o estágio supervisionado:

- I. Oportunizar ao discente a vivência de situações reais da vida profissional que permitam, sobretudo, a integração dos conhecimentos teórico-práticos, aliados à experiência pessoal pelo processo contínuo de ação-reflexão-ação;
 - II. Capacitar o estagiário para atividades de investigação, análise e intervenção na realidade profissional específica
 - III. Propiciar ao aluno uma visão global da instituição pública ou privada, como complemento prático da sua formação;
 - IV. Viabilizar ao discente sua auto-afirmação diante da possibilidade de identificar-se profissionalmente e de pré-avaliar a sua capacidade profissional;
 - V. Viabilizar a realimentação do ensino, proporcionando ao discente oportunidade de rever posições teóricas quanto à prática profissional em sua relação com a sociedade;
 - VI. Favorecer ao discente a capacidade de desenvolvimento do espírito crítico, criativo e empreendedor;
-

- VII. Possibilitar ao discente a construção de suas próprias condutas (emocionais, cognitivas e técnicas) a partir da situação em que se encontra, frente a um futuro desempenho profissional
- VIII. Capacitar o discente a ter uma visão generalista;
- IX. Estabelecer um canal de articulação contínuo entre a FTC e a comunidade, como forma de retroalimentação de informações.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Direito da Rede FTC é atividade curricular e obrigatória, conforme Resolução CNE/CES n. 9/2004, que envolve aprendizagens das práticas das diversas profissões jurídicas proporcionadas ao discente do curso de Direito pela participação em situações reais e simuladas, podendo ser realizadas em entidades de direito público e privado, na comunidade em geral ou no Núcleo de Prática Jurídica, sob a responsabilidade e coordenação do Curso.

O Estágio Curricular Supervisionado não se confunde com o Estágio Profissional de Advocacia, de natureza extracurricular, previsto na Lei n. 8.906/94 - OAB, que poderá ser instituído pela Instituição de Ensino Superior em convênio com a OAB.

O Estágio Curricular Supervisionado consiste no exercício, por parte do aluno regular, com supervisão e orientação de professor, de *atividades práticas simuladas* e *atividades práticas reais*, abrangendo o exercício de atividades forenses e não forenses e aquelas inerentes à profissão de advogado, magistrado, promotor, e demais operadores do Direito, não se limitando às atividades típicas da advocacia.

O Estágio Curricular Supervisionado será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas reais e simuladas desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do Núcleo de Práticas Jurídica.

O Estágio Curricular Supervisionado tem regulamento próprio que se encontra em anexo do presente documento.

7.2 Atividades Complementares

As atividades complementares caracterizam-se como um componente curricular obrigatório que visam estimular a formação do aluno autônomo, que busca novas oportunidades de aprendizagem além dos componentes da estrutura curricular

estabelecidos pelo curso. É um mecanismo de aproveitamento de estudos e experiências realizadas pelo acadêmico, complementares à integralização curricular, que deverá ser realizado ao longo do curso, desde que obedecidas as normas e prazos da instituição para o cumprimento de tal atividade.

Deve-se prever a inclusão de atividades de caráter científico, cultural e acadêmica, articulando-se com e enriquecendo o processo formativo do aluno como um todo, prevendo a ampliação do universo cultural dos alunos e diversificando os espaços educacionais, tais como: seminários, apresentações, exposições, participações em eventos científicos, estudo de caso, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunicativo, produções coletivas, monitorias, resolução de situação-problema, e projetos de ensino.

A carga horária das atividades complementares de acordo com das Diretrizes curriculares para o curso de Direito é de 300 horas e categorizam-se em dois tipos: Atividades Complementares Dirigidas, aquelas definidas pelo Colegiado do Curso e promovidas pela Rede de Ensino FTC, e Atividades Complementares Abertas, aquelas que o aluno desenvolve independente da instituição, e categorizam-se em 3 (três) grupos: Grupo 1 - Atividades de Ensino; Grupo 2 - Atividades de Pesquisa; e Grupo 3 - Atividades de Extensão.

São objetivos das Atividades Complementares:

- I. preparar e integrar o discente na prática profissional;
 - II. comprometer o estudante no desenvolvimento de um processo de auto-gestão em diferentes setores de atuação, a partir do saber acadêmico adquirido;
 - III. ampliar a visão acadêmico-científico-cultural do discente, visando à formação de um profissional atento às transformações da sociedade;
 - IV. proporcionar ao estudante espaços diferenciados para a aquisição do saber, estabelecendo relações com a atuação profissional;
 - V. levar o estudante à reflexão, considerando o saber acadêmico e as implicações com os princípios éticos e de cidadania;
 - VI. inserir o estudante na pesquisa, visando à autonomia do sujeito na construção do saber;
 - VII. formar profissionais qualificados para atuar com flexibilidade, adequação e criatividade na prática profissional.
 - VIII. flexibilizar o currículo pleno do curso;
 - IX. proporcionar ao estudante aperfeiçoamento crítico-teórico e técnico-instrumental.
-

O sistema de avaliação, validação, contabilização de créditos/hora e demais regramentos estão previstos no Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Direito, anexo ao presente documento.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é de exigência obrigatória para obter o bacharelado em Direito, segundo o artigo 2º, parágrafo 1º, inciso XI da Resolução CNE/CES 9/2004 e sua elaboração será resultado de um processo gradativo de construção de conhecimento e valorização do trabalho em pesquisa desenvolvido durante todo o curso, promovendo a capacidade de identificação de temáticas, a formulação de problemas, a elaboração de projetos, a identificação de métodos e de técnicas, e o controle de planejamento dos alunos.

O TCC do Curso de Direito da Rede FTC se caracteriza como um trabalho obrigatório individual de caráter teórico e/ou prático, configurando-se num momento de reflexão crítica e investigativa, de consolidação do percurso da graduação, onde o futuro profissional tem a possibilidade de experienciar, com autonomia, um aprofundamento de seus conhecimentos em tema específico, mediante orientação de um professor que componha o quadro de professores-orientadores da rede FTC e estabelecido pelo Colegiado do Curso.

O TCC deverá ser desenvolvido a partir de uma problemática que esteja em consonância com as linhas temáticas do curso e a realidade regional de cada unidade, através da elaboração de um trabalho acadêmico, sob a forma de Monografia ou artigo científico defendido perante banca examinadora.

São objetivos da elaboração do TCC:

- I. avaliar as condições de qualificação do formando para acesso ao exercício profissional;
 - II. possibilitar ao aluno o desenvolvimento de suas capacidades científicas e criativas na sua área de formação;
 - III. correlacionar teoria e prática do curso;
 - IV. propiciar aos graduandos condições necessárias à elaboração de um estudo teórico e/ou trabalho de campo de acordo com as normas técnicas que configuram a pesquisa científica; e
 - V. incentivar o desenvolvimento de trabalhos de responsabilidade social.
-

Além disso, pretende-se oferecer uma oportunidade para o estudante refletir sobre sua área de interesse, aproximando a realidade acadêmica do profissional; possibilitar o estreitamento de parcerias entre a Rede FTC, professores, organizações e alunos; estimular o estabelecimento de correlações entre os conteúdos das diversas disciplinas, no processo de interpretação dos problemas organizacionais; permitir a elaboração de análises críticas, centradas na realidade social, política e econômica brasileira; contribuir para fomentar a pesquisa e o conhecimento dos pressupostos inerentes ao método científico; viabilizar o aperfeiçoamento da capacidade de comunicação oral e escrita, através da análise sistemática dos fatos, reflexão e raciocínio lógico; propiciar a auto-aprendizagem, a disciplina e o gerenciamento do tempo do estudante.

A elaboração da Monografia implicará rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação.

A preparação para o Trabalho de Conclusão de Curso se inicia no I Semestre do Curso com a disciplina Trabalho Interdisciplinar Dirigido I, II, III e IV, e outras práticas interdisciplinares de pesquisa jurídica, perpassando por todo o desenvolvimento do curso. Não obstante, é no componente curricular específico (TCC), ofertada no X semestre do Curso que o estudante concretizará sua produção científica com a orientação de um docente pertencente ao quadro institucional.

7.4 Monitoria

A Monitoria visa proporcionar aos discentes dos cursos de graduação da Rede de Ensino FTC a oportunidade de engajar-se em um plano de atividades de ensino, a partir do planejamento do professor responsável pela disciplina, possibilitando o aprofundamento do conhecimento em determinada área específica e o desenvolvimento de atitudes e habilidades favoráveis à sua formação acadêmica profissional.

A orientação e o acompanhamento pedagógico do monitor estarão a cargo do professor responsável pela disciplina e da coordenação do curso a que estiver vinculada a mesma, que buscarão criar condições para que o discente possa desenvolver o pensamento e o comportamento necessários para a realização do trabalho científico independente.

Caberá ao professor responsável pela disciplina o estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas, fortalecendo a articulação teoria/prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, promovendo a cooperação acadêmica entre discentes e docentes, de modo a intensificar o relacionamento entre alunos e professores.

São objetivos das atividades de Monitoria:

- I. ampliar a participação de alunos de graduação no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino;
- II. favorecer o desenvolvimento de atividades de nivelamento escolar, de modo a superar problemas de repetência, evasão e falta de motivação;
- III. criar condições para a iniciação da prática da docência por meio de atividades de caráter pedagógico diferenciadas e do desenvolvimento de habilidades relacionadas a estas atividades;
- IV. propor formas de acompanhamento de alunos que apresentem dificuldades;
- V. pesquisar metodologias de ensino adequadas ao ensino da disciplina em questão;
- VI. desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão relativos à disciplina;
- VII. contribuir para a formação do aluno-monitor, visando à docência no ensino superior, por permitir a vivência pedagógica.

A atividade de monitoria será contabilizada como Atividade Extracurricular para o aluno que realizá-la de forma completa e documentada.

7.5 Integração Ensino/Pesquisa/Extensão

A Rede de Ensino FTC entende que unir ensino, pesquisa e extensão significa caminhar para que a educação seja realmente integrada, envolvendo docentes e

discentes numa criação e re-elaboração do conhecimento, com intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida. Desta forma, a instituição busca vincular, cada vez mais, suas ações às necessidades da comunidade, permitindo que as mesmas sejam realmente relevantes a esta sociedade, bem como promovendo o fortalecimento do ensino através de um processo de ação/reflexão/ação.

É através de um trabalho coletivo e participativo de toda a comunidade acadêmica, do envolvimento de todos os segmentos na execução, avaliação, re-elaboração e encaminhamento das ações educativas que se pretende desenvolver a consciência de cada um frente ao processo de ensinar e aprender, assumindo, com responsabilidade e comprometimento, o seu papel dentro do grupo.

A Rede de Ensino FTC trabalha o processo ensino-aprendizagem como elemento estrutural fundamental na qualidade do ensino, pois compreende que a relação entre o ensino e a aprendizagem não é mecânica, não é simples transmissão do professor que ensina para o aluno que aprende, ao contrário, é uma relação recíproca na qual se destacam o papel orientador do professor e as atividades dos discentes.

A instituição tem como base de sua proposta pedagógica a melhoria qualitativa do ensino superior, que inclui a formação de grupos de estudos nos cursos de graduação, favorecendo o surgimento de linhas de pesquisa, que contribuem para o amadurecimento intelectual e profissional dos educadores e, conseqüentemente, viabilizando a participação dos alunos no desenvolvimento da iniciação científica. Isto certamente favorecerá a construção da cientificidade do processo de ensinar e aprender que envolve, indissociavelmente, a pesquisa e a extensão, além do ensino.

A Rede de Ensino FTC compreende que é fundamental a continuidade do desenvolvimento dos conhecimentos e, para tal, desenvolve atividades de extensão nos seus diferentes ângulos: para o desenvolvimento comunitário e a formação da consciência social; como ação cultural; como educação continuada; e como prestação de serviço. Nessa perspectiva, serão resgatados aportes teóricos jurídicos e da própria realidade sócio-econômica para que haja um fortalecimento entre ensino, pesquisa e extensão na graduação.

No que diz respeito à pesquisa, compreendemos que ela pode, deve e necessita fazer parte da vida acadêmica e do corpo docente do curso, visando sempre à vivência, à experiência e à orientação para a práxis educativa, procurando temáticas de interesse relevante para a comunidade como um todo, possibilitando, assim,

restituir à sociedade suas contribuições para com o desenvolvimento do Curso de Direito, cujo princípio básico é o da globalização dos conhecimentos.

Neste sentido, o curso tem como preocupação contribuir para a produção e reconstrução do conhecimento jurídico educacional, abrangendo os diferentes aspectos dessa área de conhecimento.

Os projetos de pesquisa terão como prioridade o núcleo temático da área jurídica, sócio-econômica e desenvolvimento social. A tentativa é a integração numa mesma preocupação de soluções para os problemas de existência e interação homem/meio.

7.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade da Cidade e tem, por finalidade, a implementação do mesmo, assim como da elaboração, implantação e implementação de outros projetos pertinentes ao referido curso. Consiste em um conjunto de professores de formação e titulação em níveis de pós-graduação *stricto sensu* conforme instrumento de avaliação do Curso de Direito.

O Núcleo Docente estruturante do Curso de Direito da Faculdade da Cidade é formado pelos professores do curso, com carga horária de 20 e 40 horas e que têm como atribuições auxiliar a coordenação a implementar e implantar as ações do Projeto Pedagógico, participar do processo de seleção docente, opinar na flexibilização curricular, além de validar os projetos e programas existentes.

As atribuições dos membros do NDE aparecem destacadas em Regulamento próprio.

8 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

8.1 Princípios Norteadores

A Rede de Ensino FTC vem desafiando-se na construção de um processo de ensino e de aprendizagem que tem como horizonte a formação de perfis humanos que estejam comprometidos com os aspectos profissionais e humanos, com capacidade de tomar decisões, de liderança, administração, planejamento e educação permanente.

A formação desse perfil implica em práticas educativas integrativas, organizadas em torno da pesquisa, da indagação, da problematização, da significação dos conhecimentos acumulados pela humanidade, da leitura crítica das práticas sociais vigentes. A contínua e profunda reflexão sobre as práticas pedagógicas se faz necessária na implementação de qualquer projeto pedagógico de curso de graduação, mas ganha dimensões ainda mais acentuadas quando se trata de uma proposta de currículo integrativo. O debate de concepções e opções metodológicas, teóricas, políticas e éticas em torno um projeto de curso necessitam ser constantes, ou arrisca-se a fragmentação dos próprios projetos. Assim, buscou-se a construção de concepções de avaliação de aprendizagem e, posteriormente, a regulamentação desse processo, norteadando as ações docentes e discentes.

A prática da avaliação a partir de uma concepção pedagógica consistente e dinâmica faz-se presente no dia-a-dia da sala de aula, independente dos aspectos concernentes à mensuração do rendimento escolar. Alunos e professores estão permanentemente avaliando a tudo e a todos e são os produtos da prática permanente da reflexão que geram as atitudes de colaboração.

Ao centrar as atenções no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação adquire características que evidenciam o projeto político pedagógico da instituição, bem como a concepção que os professores têm do ato educativo. A avaliação precisa estar centrada na aprendizagem do aluno, comprometendo-se com seu desempenho e processo de construção do saber. Não pode estar a serviço de uma prática que centraliza suas atenções somente em provas ou exames e a partir de médias numéricas que não conseguem representar o verdadeiro nível de aprendizagem do aluno.

O objetivo da avaliação do ensino deve estar voltado para a construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes aos assuntos, fórmulas e métodos que lhe foram efetivamente ensinados.

A dinâmica da avaliação, tipologicamente, pode ser compreendida a partir de três vertentes básicas: diagnóstica, formativa e somativa.

No seu aspecto diagnóstico, refere-se a sua função ontológica e constitutiva, que tem um caráter investigativo e processual. Caracteriza-se aqui a ação de mapear, fazer um estudo inicial e continuado sobre a realidade dos alunos, suas concepções e conhecimentos, com o fim de elaborar uma ação pedagógica mais próxima das reais necessidades destes sujeitos.

Em sua interface formativa, é entendida como processual, contínua e articulada, sendo realizada cotidianamente com vistas à identificação constante da aquisição e/ou (re)construção de conhecimento e dificuldades que se instaurem no percurso do processo ensino-aprendizagem. Desta forma ela permite e exige o redirecionamento, a reorientação do planejamento e, conseqüentemente, das ações dos estudantes em seu processo de aprendizado.

A característica somativa da avaliação nos incita a trazer à tona uma discussão polêmica sobre os seus aspectos qualitativos e quantitativos, que, apesar de intrinsecamente ligados no trabalho pedagógico, dizem respeito a diferentes propósitos do Projeto Político Pedagógico, envolvendo as atitudes do professor. De acordo com a Lei 9394/96, definiram-se, como aspectos qualitativos da avaliação, os valores e condutas dos alunos. A avaliação da aprendizagem de conceitos e conhecimentos diversos situa-se no âmbito da qualidade/quantidade.

Na medida em que se quantificarem os resultados da aprendizagem, a partir da determinação de valores específicos, estar-se-á procedendo à avaliação quantitativa. E aqui se refere a diferentes modalidades de avaliação, desde o instrumento mais usual que é a prova que, após ser analisada qualitativamente é mensurada, até à atribuição de valores a aspectos da conduta do aluno frente a situações específicas de aprendizagem, tal como desempenho em classe, relacionamento com colegas em um trabalho de grupo, etc.

A partir da colaboração de Luckesi (1995) alguns pontos importantes podem ser considerados no desvendamento das funções da avaliação, que tem como eixo

central a criação de base para tomadas de decisão. Para esse autor, a avaliação tem as seguintes características

§ *Propiciar a autocompreensão*, tanto do educando quanto do educador, na medida em que, de ambas as partes, limites e possibilidades são desvendados e pode-se permitir lançar um olhar mais acolhedor para as possibilidades de aprendizagem, bem como para as possibilidades dos educandos. Isso implica em refletir: de que forma se entende o erro, o dos professores e o dos alunos, no processo de ensino-aprendizagem;

§ *Auxiliar e aprofundar a aprendizagem*. na prática da avaliação da aprendizagem, as atividades devem possibilitar a manifestação, ao educador e ao próprio educando, da qualidade possível da aprendizagem, mas possibilitam, também, ao mesmo tempo, o aprofundamento da mesma. Auxiliam, na medida em que, atento às necessidades dos educandos, guiado pela perspectiva do seu crescimento e superação dos obstáculos que porventura se apresentem, à medida em que se detectam suas potencialidades, viabilizam-se a construção de outros saberes por parte do sujeito aprendiz;

§ *Fornecer bases para o planejamento*, permitindo, inclusive, que se ajustem desde as políticas e práticas curriculares e o fazer pedagógico do professor na sala de aula, como é o caso deste documento;

Ressalta-se que é nas relações cotidianas entre professor e estudante, que vai se dar a aprendizagem. Dessa interação vão surgir condições mais efetivas para que ambos possam ser capazes de avaliar a si mesmos e as aprendizagens em questão, tomando decisões quanto ao prosseguimento do processo ensino-aprendizagem. A avaliação se insere nas relações dinâmicas de sala de aula, configurando-se nas decisões que devem ser tomadas e na reorientação do processo ensino-aprendizagem.

Para que isso ocorra, o professor precisa estar freqüentemente atento às alterações de comportamento dos estudantes, buscando um clima favorável à construção e participação de todos, onde estes não se sintam reprimidos e possam manifestar suas dúvidas, inquietações e incompreensões quanto ao que está sendo aprendido. Inclusive, que tenham pleno conhecimento do como serão avaliados, através de que instrumentos e a partir de que critérios.

Professores e estudantes, enquanto parceiros na dinâmica do ensino/aprendizagem, devem participar de todo o processo de avaliação. Nesse sentido, não devem estar em julgamento apenas o grau de aprendizagem alcançado pelo aluno, mas também, muitos outros aspectos relacionados à atitude do professor, da instituição, etc., pois a avaliação, só é verdadeiramente eficiente, se ocorrer de forma interativa, entre professor e aluno. Essa avaliação precisa se alicerçar em objetivos e critérios claros, simples, precisos, que conduzam à melhoria da aprendizagem e do currículo.

Nessa perspectiva, a avaliação não deve ater-se apenas ao juízo que o professor estabelece do aluno, mas também da própria atividade do professor, conteúdos, metodologia, etc., bem como atuação da instituição frente à operacionalização do seu projeto político-pedagógico.

Assim, os resultados e sua análise, em especial do processo ensino-aprendizagem, devem ser conhecidos, não só pelo professor mas, também, por todos os alunos. E devem ser discutidos e repensados, para cumprir sua finalidade de reorientação dos processos de aprendizagem, tanto individualmente (cada aluno), como em grupo (toda a classe), quando se fizer necessário.

Como processo, a avaliação deve apresentar características de continuidade, processual e diagnóstica, coerente com a forma de ensinar. Nesse sentido é dinâmica, contínua e integrada, – é progressiva, voltada para a aprendizagem, – é abrangente, não trabalha apenas com aspectos do aprendido do conteúdo cognitivo, incluindo o procedimental e atitudinal.

Ao se construírem os instrumentos de avaliação, sejam quais forem (provas, exercícios, registro de observações, seminários, trabalhos em grupo, etc.) necessita-se atentar para:

§ Estabelecer uma relação adequada entre o instrumento escolhido (provas, exercícios etc.) e os conteúdos envolvidos de forma interdisciplinar, pois não se pode pretender que o educando manifeste uma aprendizagem que não foi proposta, compatibilizando-se as habilidades exigidas, no instrumento de avaliação, com as habilidades desenvolvidas;

§ Compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado, com os níveis de dificuldade do que foi construído em relação aos objetivos propostos nos Programas de Aprendizagem. Afinal, o instrumento de avaliação deve ser

compatível, em termos de dificuldade, com o proposto pelo planejamento e mediado pelo docente;

§ Elaborar, com clareza e objetividade, o instrumento de avaliação, usando uma linguagem clara e compreensível. Para responder ao que é pedido, o educando precisa saber com clareza o que está sendo solicitado;

§ Construir instrumentos que, além de avaliarem, ajudem na construção do conhecimento seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos e sua inter-relação, seja pelos exercícios inteligentes, ou aprofundamentos cognitivos propostos;

§ Quanto ao processo de correção, estabelecer, antecipadamente, critérios claros e precisos do que se quer avaliar.

Descrevemos algumas formas para avaliar os alunos do Curso de Direito:

§ -identificação e análise de situações jurídicas e/ou problemas de uma dada realidade;

§ -elaboração e execução de projetos e ações para resolução de problemas identificados num contexto observado;

§ -definição de intervenções adequadas;

§ -alternativas de solução às intervenções inadequadas;

§ -planejamento de intervenções consoantes com um conhecimento científico jurídico estudado (referencial);

§ -participação e discussão de casos, visando a identificação e análise de problemas, bem como o encaminhamento de soluções;

§ -organização do tempo, espaço e rotinas jurídicas;

§ -elaboração de relatórios sobre andamentos processuais, pareceres científico-jurídicos e peças processuais adequadas às praxe jurídica e consoantes com a situação jurídica apresentada;

§ -identificação e análise dos diferentes documentos jurídicos;

§ -participação em reuniões avaliativas sobre o uso dos conhecimentos adquiridos na prática escolar;

- § -identificação das variáveis que interferem nas situações formais e não - formais políticas, econômicas e sociais;
 - § -compreensão do contexto político, econômico e jurídico da situação jurídica a ser analisada e trabalhada, desenvolvendo a capacidade de análise da própria conduta {auto-avaliação}, como condição para um exercício profissional responsável;
 - § -programação de trabalhos em equipe e formação de grupos de estudo para atualização e aprofundamento de conhecimentos;
 - § -programação de exposições e atividades culturais com a comunidade;
 - § -elaboração e publicação de registros de experiências e reflexões sobre o trabalho social e humanitário produzido pelos alunos em formação {em revistas, jornais, vídeos, programas de radio...};
 - § -participação em eventos: cursos, palestras, seminários, encontros, grupos de estudo, com indicação do aproveitamento obtido, através de exposição oral, relatórios escritos, debates em mesa-redonda, intercambio de informações;
 - § -observação, análise e discussão do trabalho de outros profissionais do Direito {experiência} de modo a possibilitar que os alunos do Curso de Direito reelaborem o que já sabem e fazem;
 - § - programação de trabalhos em equipe e formação de grupos de estudo para atualização e aprofundamento de conhecimentos;
 - § - elaboração e publicação de registros de experiências e reflexões;
 - § - participação e discussão de casos, visando a identificação e análise de problemas, bem como o encaminhamento de soluções;
 - § - elaboração de relatórios sobre aspectos estudados, discutidos e/ou observados em situações de aprendizagem;
 - § - realização de pesquisas e participação em atividades de extensão;
 - § - auto-avaliação: assiduidade e participação como condição para um exercício profissional responsável;
 - § - pesquisas, relatórios e outros instrumentos que possibilitem a investigação contínua e aprendizagens experienciais;
-

§ Provas abrangendo questões interdisciplinares.

8.2 Procedimentos de auto-avaliação do curso

A auto-avaliação do curso é realizada a cada reunião de colegiado, onde os problemas são levantados e as soluções possíveis são apresentadas e, executadas sempre que possível. Além disso, a Rede FTC realiza periodicamente a Avaliação Ensino-Aprendizagem, bem como a Avaliação Institucional, coordenadas pela comissão própria de Avaliação –CPA, cujos dados são analisados par a melhoria das condições de oferta de curso.

8.3 Critérios de Avaliação da Rede de Ensino FTC

A Avaliação, na Rede de Ensino FTC, se constitui processo essencial para o aprimoramento constante de toda a dinâmica institucional.

Número das unidades: Serão 2 (duas) unidades por disciplina (U1 e U2), sendo em cada unidade:

- 80%, do valor da nota em avaliação individual, presencial, realizado com o professor da disciplina;
- 20%, do valor da nota em avaliação desenvolvida em grupo, com o instrumento indicado pelo professor.

Quanto ao número de avaliação no semestre, cada professor, à sua livre escolha pode:

Avaliação Individual – mínimo de 01 (uma) e máximo de 03 (três) avaliações por unidade, por disciplina;

Avaliação em Grupo – até 03 (três) avaliações por unidade, por disciplina.

Todas as avaliações terão nota de 0 a 10 com 01 (uma) casa decimal.

Após o período de avaliações da Unidade Letiva, o aluno deverá responder a Verificação Multidisciplinar (VMD), que tem como objetivo identificar o nível de aprendizagem dos estudantes no que concerne às competências e habilidades estabelecidas nas diretrizes curriculares dos cursos.

A Verificação Multidisciplinar terá peso 2.0 (dois) e comporá a Média Curricular (MC).

A Média da Unidade (MU) será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\text{MU} = (8 \times \text{MAI} + 2 \times \text{MAG}) / 10$$

Sendo:

MU = Média da Unidade

MAI = Média aritmética simples da(s) avaliação(ões) individual(is) realizada(s) na unidade

MAG = Média aritmética simples da(s) avaliação(ões) em grupo realizada(s) na unidade

Da Média Curricular (MC): O aluno será aprovado quando obtiver média curricular no semestre igual ou superior a 7,0 (sete), calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\text{MC} = (\text{MU1} \times \text{peso } 4.0 + \text{MU2} \times \text{peso } 4.0 + \text{VMD} \times \text{peso } 2) / 10$$

Sendo:

MC = Média Curricular

MU1 = Média da Unidade Letiva 1

MU2 = Média da Unidade Letiva 2

Da Aprovação com Verificação Final do Semestre: O aluno que obtiver Média Curricular (MC) menor que 4,0 (quatro) estará reprovado sem direito à realização da Avaliação Final (AF). A Avaliação Final (AF) constará de uma avaliação individual envolvendo todo o assunto da disciplina.

Tendo realizado a Avaliação Final (AF) do semestre, o aluno será aprovado quando obtiver Média Final Curricular (MFC) igual ou superior a 5,0 (cinco), conforme a seguinte fórmula:

$$\text{MFC} = (\text{MCx peso } 6 + \text{AFx peso } 4) / 10$$

Sendo:

MFC = Média Final Curricular

MC = Média Curricular

AF = Avaliação Final

8.4 VMD (VERIFICAÇÃO MULTIDISCIPLINAR)

Criado pela rede de Ensino FTC/ Faculdade da Cidade, O projeto VMD (Verificação Multidisciplinar), tem como objetivo identificar o nível da aprendizagem dos estudantes, estabelecendo uma associação com os conteúdos essenciais constantes nas ementas, aferindo as competências e habilidades estabelecidas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos e no ENADE.

O Projeto foi criado em 2009, e já se configura em uma preponderante iniciativa da Instituição, no que se refere a estudos e avaliações pedagógicas. Diante de tal iniciativa, os professores passaram a analisar cuidadosamente seus planejamentos, além de qualificar-se na criação de questões mais instigantes e elaboradas.

A Faculdade da Cidade oferece constantemente aos seus professores oficinas e cursos que os levam na direção de um conhecimento mais aprimorado da ferramenta avaliação. Os fundamentos estão direcionados muito mais numa perspectiva de “construção”, conceito que segundo Jussara Hoffman(2009),valoriza os procedimentos avaliativos , muito mais numa perspectiva da “confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades; valorização de suas manifestações e interesses”.

O Projeto VMD envolve todos os cursos de graduação em funcionamento das Unidades de Ensino da Faculdade da Cidade e por conseguinte todos os alunos matriculados. São dez cursos (**Administração, Turismo, Publicidade, Jornalismo, Direito, Contábeis, Design Moda e Produto, Psicologia e Pedagogia**) que participam da avaliação. Ela é gerada em formato de caderno, com as questões objetivas das disciplinas cursadas pelo aluno, totalizando 40 questões escolhidas dentro do banco de questões. Cada professor elabora **10 questões** da sua disciplina.

Todas as disciplinas fazem parte do processo de Verificação Institucional, com a exceção das disciplinas: Trabalhos Interdisciplinares I, II, III e IV; Tópicos Especiais ou Avançados; Optativas; Estágio Supervisionado; TCC; Projeto Experimental, Jogos de Empresas, bem como nas disciplinas digitais.

9 Administração Acadêmica do curso

A Coordenação do Curso será instalada em sala própria, com a infra - estrutura necessária para garantir seu perfeito funcionamento.

Como forma de concretizar um modo de ação colegiado, são realizadas reuniões pedagógicas, agendadas sistematicamente pelo coordenador do curso com os professores e/ou alunos. O objetivo das reuniões é integrar professores/alunos/coordenação nas ações para atender as necessidades do Curso.

9.1 Coordenador

A coordenação do curso será realizada por um profissional, indicado pela administração e vinculado à Instituição por Regime de 40 horas semanais. Entende-se que a coordenação liderará a equipe de professores, alunos e funcionários técnicos-administrativos nas atividades de concepção, execução e avaliação da política do curso enquanto mediação para concretização da filosofia institucional e assim o coordenador assume papel fundamental para a concretização das ações

acadêmicas que devem ser desenvolvidas no contexto da Instituição de Ensino Superior.

Para coordenar o Curso de Direito, a administração da Faculdade da Cidade indica a Prof^a Renata Amâncio Torres, portadora de competências, habilidades e atitudes inerentes à função e cuja síntese do Curriculum Vitae é apresentado em Anexo

9.2 Perfil do Corpo Docente

A formação de uma equipe de trabalho de professores é o alvo pretendido pelo Curso de Direito, nesse sentido, postula um espaço para trocas, discussões, acertos, planejamentos, replanejamentos, tendo em vista a interdisciplinariedade dos conhecimentos teóricos e práticos e o profissional que se deseja formar.

As necessidades humanas e o compromisso com a transformação social devem estar presentes na seleção dos conteúdos, na metodologia de trabalho e, especialmente, na sistemática de avaliação adotada.

O docente do ensino superior, pertencente ao Curso de Direito da Rede FTC deve ser possuidor das seguintes características:

1. Coerência entre discurso e ação;
 2. Segurança e abertura às sugestões e propostas dos alunos; capacidade de diálogo;
 3. Preocupação com o aluno e seus interesses;
 4. Relacionamento pessoal e amigo;
 5. Competência;
 6. Capacidade didática e flexibilidade;
 7. Incentivo à participação, dinamismo, coordenação;
 8. Clareza e objetividade na transmissão de informações;
-

10 Avaliação e Acompanhamento do Desempenho do Curso

A Avaliação Institucional e a Avaliação de Cursos têm compromisso expreso com uma política de Educação Superior que se traduz de maneira sistêmica e holística por meio de instrumentos de avaliação que visam identificar as fragilidades e potencialidades dos cursos e, conseguinte, aprimorar a qualidade desses cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior, Constituem-se elementos importantes do conjunto de objetivos da avaliação instituídos pelo SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Na concepção do SINAES a Avaliação de Desempenho de Cursos significa construir parâmetros de comparação e questionamento sobre a realidade educacional dos cursos, de forma crítica e dinâmica, respeitando as especificidades das diferentes organizações acadêmicas. Essa concepção é referência para o desenvolvimento dos processos avaliativos.

A avaliação das instituições de educação superior tem como base a avaliação externa, realizada por comissão de especialistas, e a auto-avaliação institucional orientada, feita pelos próprios estabelecimentos de ensino. Seu objetivo é “identificar o mérito e o valor das orientações de caráter estrutural, geral e amplo, e que perpassam os cursos, programas, projetos e departamentos da instituição” (SINAES, 2008, p.1).

Na Avaliação Institucional são considerados aspectos como a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; a responsabilidade social da instituição, regime de contratação e política de capacitação de docentes, a infra-estrutura, incluindo o acesso de portadores de necessidades especiais; e o processo de auto-avaliação, entre outros indicadores.

A partir da Lei do SINAES (2004) as instituições públicas e privadas constituíram as Comissões Própria de Avaliação (CPAs), condutoras dos processos avaliativos das IES. Essas comissões trabalham com a finalidade de articular todos os segmentos acadêmicos e sociedade civil na elaboração e execução de um projeto de avaliação institucional capaz de definir o perfil da instituição de maneira transparente e democrática.

A CPA está institucionalizada na Rede FTC, divulgada, socializada pelos pares e buscando possibilidades de mudanças substantivas para sua ampliação nos

espaços socioeducativos. Há preocupação dos dirigentes na IES de ampliar essa política de relação colaborativa entre CPA e avaliação na IES para aumentar a participação dos segmentos de direção, coordenação, docentes, discentes, funcionário técnico-administrativo-financeiro, comunidade local e de envolvê-los de forma efetiva neste processo. Para tanto, são realizadas, semestralmente, campanhas de avaliação de ensino aprendizagem sob a responsabilidade da coordenação e dos membros da CPA junto com os colegiados dos cursos, corpos discente e docente, funcionários técnico-administrativos, para efetivar essa política de avaliação do processo ensino-aprendizagem, pois se reconhecem a sua importância e as possibilidades de melhorar a qualidade da educação oferecida pela FTC.

Portanto, a qualidade dos cursos de graduação é verificada por meio da Avaliação das Condições de Ensino, realizada mediante visitas de comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Órgão vinculado ao Ministério da Educação. Na Avaliação das Condições de Ensino são avaliadas, principalmente, três dimensões: Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-administrativo e Instalações. Para cada uma das dimensões são atribuídos conceitos numéricos numa escala de um a cinco resultando em conceito único para a avaliação.

A auto-avaliação de cursos é premissa fundamental para o acompanhamento do desempenho dos cursos da instituição.

A implementação sistemática e contínua do processo de auto-avaliação torna possível a identificação de aspectos considerados insatisfatórios ou indesejados (segundo o ponto de vista dos docentes e dos alunos da IES) que deverão ser corrigidos ou eliminados, aperfeiçoando o desempenho da IES e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento do País.

Dentro de um contexto construído pela Rede de Ensino FTC foi instituído um conjunto de instrumentos de avaliação que norteiam as ações dos diversos setores envolvidos na operacionalização do processo de avaliação dos cursos e o constante acompanhamento do desempenho de seus atores sociais.

Esses instrumentos são desde consultas diretas a docentes e discentes em grupos focais até a utilização de sistemas eletrônicos combinados com outras ferramentas. Os critérios relacionados à avaliação dos cursos são discutidos pelos diversos

segmentos acadêmicos e os indicadores de desempenho devem ser significativos à comunidade acadêmica. Esses últimos precisam conferir ao processo de avaliação de desempenho dos cursos um caráter utilitário, ou seja, devem subsidiar a tomada de decisão e promoção de mudanças necessárias ao bom desempenho dos cursos ofertados.

11 Biblioteca

As Bibliotecas da Rede de Ensino FTC subsidiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão perpetuadas na Instituição. O seu principal objetivo é a prestação de serviços na área da Informação Científica e Tecnológica.

Possui acervo 100% informatizado composto por Livros, Periódicos CD-ROM, Mapas, Folhetos, TCC's, Fitas de Vídeo, DVD's, Base de Dados, dentre outros itens que integram a sua coleção. Estrutura de atendimento 100% automatizada. Está dotada de sistema anti-furto de proteção ao acervo, horário de funcionamento sem intervalos inclusive aos sábados, salas para estudo em grupo e cabines de estudo individual.

O acervo bibliográfico atualmente disponível atende às necessidades básicas e complementares dos cursos e abrange todas as áreas do conhecimento. Possui política de formação do acervo que é analisada e atualizada semestralmente.

As Bibliotecas da Rede FTC são integrantes da Rede Pergamum de Bibliotecas, permitem acesso via internet aos serviços de renovação, reserva, consulta ao acervo, etc. Oferecem serviço de Comutação Bibliográfica - COMUT, acesso à Base de Dados e conexão a internet Wi-Fi em todas as Bibliotecas. Todas as Bibliotecas possuem profissional Bibliotecário com formação acadêmica e colaboradores treinados que estão aptos a prestar suporte para levantamentos bibliográficos, pesquisas e orientações acadêmicas aos usuários de toda a comunidade da Rede de Ensino FTC e comunidade externa.

O acervo da Biblioteca relativo ao Curso de Direito tem como objetivo facilitar o ensino, fornecendo o material bibliográfico adequado, tanto para o uso dos alunos quanto para os professores.

A biblioteca disponibiliza títulos indispensáveis ao curso e outros adicionais em áreas correlatas. Seguindo uma política de busca incessante da qualidade de ensino, todas as disciplinas contam com quantidade de livros que atendem aos parâmetros de qualidade fixados para os cursos de Direito.

O acervo específico do curso está formado pelas bibliografias estabelecidas no ementário das disciplinas ofertadas pelo curso de Direito, conforme descrito neste projeto. Além destas, o acervo contará com títulos de obras de referência,

fundamentais para o referencial teórico, com fitas de vídeos, multimídia e periódicos voltados para a temática mais geral do direito.

12 Infra-estrutura Física e Recursos Materiais

As aulas do Curso de Direito serão ministradas no prédio onde se encontra a sede da Faculdade da Cidade do Salvador, sito a Praça da Inglaterra, nº 02 no coração do Comércio. As salas de aula estão estruturadas com quadro branco, cadeiras com braço-mesa para alunos e mesa e cadeira para os professores. A Instituição disponibiliza para o professor, recursos áudio-visuais, mediante reserva antecipada, tais como: retroprojektor, data-show, televisão , vídeo e aparelho de dvd.

A Biblioteca, que se encontra instalada no mesmo prédio, funciona como sala de pesquisa e sala de estudos para que o aluno a utilize, em grupo ou individualmente, para realizar suas atividades acadêmicas.

No mesmo local, o aluno também encontra à sua disposição uma rede de computadores conectados com a internet, a fim de alargar o campo de pesquisa e conhecimento do mesmo.

13. A.D.E - ATIVIDADE DISCENTE EXTRA-CLASSE

Em atendimento a Resolução CNE/CES nº 3 de 2 de julho de 2007, do § 1º, do art. 9º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo art. 7º, *caput*, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com as alterações da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, bem como o disposto no Parecer CNE/CES nº 261/2006, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 25 de junho de 2007 sobre os procedimentos a serem adotados para operacionalização da hora-aula de 60 min.

Desta maneira a Faculdade da Cidade atendendo a esta resolução dispõe que, a partir do semestre 2010.1, será utilizado um Novo Formulário para o Plano de Ensino das Disciplinas, agora incorporando as Atividades Discentes Extra-Classe – ADE.

Segundo a legislação em vigor, para o cumprimento desta carga horária poderão ser consideradas as atividades acadêmicas de trabalho discente efetivo que compreendem por exemplo: atividades práticas supervisionadas, tais como: laboratórios, atividades em biblioteca (estudo específico, pesquisa bibliográfica e outros), listas de exercício, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Para a aplicação dessa metodologia orientada, o professor solicita aos alunos uma determinada tarefa extra-classe, fornecer instruções de como realizá-la e avalia os resultados apresentados pelos alunos.

A quantidade de horas de ADE é proporcional a carga horária da disciplina .

Veamos o quadro abaixo:

Carga Horária da disciplina	Carga Horária – ADE
40	08
60	12
80	16

Referências

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOUTINET, J. Antropologia do projeto. 5. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
- Freire, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. (1994) Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília.
- PEDRA, José A. (1997) Currículo, Conhecimento e suas Representações. Campinas, Papirus.
- RIOS, Terezinha. (1982) Significado e pressuposto do projeto pedagógico. In: Série Idéias. São Paulo, FDE.
- SANTIAGO, Anna R. F. (1990) Projeto Pedagógico, cultura popular e compromisso político. Contexto e Educação. Ijuí: Unijuí, vol. 5, nº 18, pp 42-48.
- VEIGA, Ilma.P.A. (org.) (1995). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP, Papirus.
- _____. (2000) Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transformação para acertar? In: Castanho, S. e Castanho, M. E. (orgs) O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas, Papirus.

DOCUMENTOS OFICIAIS – LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Constituição Federal. 1988

_____. Resolução nº 09, de 29 de setembro de 2004. Conselho Pleno. Conselho Nacional de Educação. Ministério de Educação.

_____. Portaria N.º 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Ministério de Educação.

_____. Portaria N.º 3, de 9 de janeiro de 1996. Conselho Pleno. Conselho Nacional de Educação. Ministério de Educação.

_____. Portaria N.º 1.252, de 21 de junho de 2001. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Ministério de Educação.

_____. Parecer CNE/CES n.º 211/2004, de 08 de julho de 2004. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Ministério de Educação.

_____. Parecer CNE/CES n.º 329/2004, de 11 de novembro de 2004. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Ministério de Educação.

_____. Instrução Normativa n.º 1, de 19 de agosto de 1997. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de ensino Jurídico

_____. Instrução Normativa n.º 2, de 2, de 5 de dezembro de 1997. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de ensino Jurídico

_____. Instrução Normativa n.º 3, de 5 de Dezembro de 1997. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de ensino Jurídico

_____. Instrução Normativa n.º 4, de 19 de agosto de 1997. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de ensino Jurídico

_____. Instrução Normativa n.º 5, de 2003. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Comissão de ensino Jurídico



Anexos